



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIA DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FREDSON DE JESUS REIS

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E
DESIGUALDADES EM SANTARÉM-PA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS
CENSOS DE 1991, 2000 E 2010**

**SANTARÉM-PARÁ
2025**

FREDSON DE JESUS REIS

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E
DESIGUALDADES EM SANTARÉM-PA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS
CENSOS DE 1991, 2000 E 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), curso de Bacharel em Ciências Econômicas, como requisito para a obtenção do Título de Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientadora: Professora Doutora Leila de Fátima de Oliveira Monte.

**SANTARÉM-PARÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

R375i Reis, Fredson de Jesus
Indicadores de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e desigualdades em Santarém-PA: uma abordagem histórica dos censos de 1991, 2000 e 2010. / Fredson de Jesus Reis – Santarém, 2025.

72 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Leila de Fátima de Oliveira Monte.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. IDHM. 2. Desenvolvimento. 3. Crescimento econômico. 4. Desenvolvimento humano. I. Monte, Leila de Fátima de Oliveira, *orient.* II. Título.

CDD: 2A3 ed. 304.6098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo sétimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, de forma virtual, Link: <https://meet.google.com/tjs-vgbj-cca>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia do acadêmico **FREDSON DE JESUS REIS** (matrícula: 2020001359), intitulada: **INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E DESIGUALDADES EM SANTARÉM/PARÁ: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS CENSOS DE 1991, 2000 E 2010**, sob orientação da Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho e o Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, do discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para o discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 9,7. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE
Data: 17/07/2025 18:04:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br ABNER VILHENA DE CARVALHO
Data: 17/07/2025 19:15:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
Data: 17/07/2025 19:32:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fredson de Jesus Reis – Discente

Documento assinado digitalmente
gov.br FREDSON DE JESUS REIS
Data: 17/07/2025 18:15:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Em memória de minha mãe Nelma de Jesus Reis
pelo exemplo de fé e superação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a vida e por estar presente em todos os momentos, me guiando e fortalecendo para superar os desafios ao longo do curso.

À minha família, especialmente meu pai Francisco Newton, minha esposa Wanderleia Mota e minhas irmãs Edneia, Francinelma e Ednelma por todo o incentivo e apoio incondicional que me deram durante essa jornada.

A todos os meus professores, por compartilharem seus conhecimentos e experiências, contribuindo significativamente para minha formação.

Em especial, quero agradecer à Professora Dr^a. Leila de Fátima de Oliveira Monte pelo incentivo, paciência e por sua orientação valiosa e dedicada ao longo da execução deste trabalho.

"A pobreza não é um acidente. Assim como a escravidão e o apartheid, ela é criada pelo homem e pode ser erradicada pelas ações dos seres humanos" (MANDELA, 2005).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Santarém-PA, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, a fim de compreender as dinâmicas históricas das desigualdades socioeconômicas no município. Para a investigação dessa temática, adotamos as seguintes questões-problemas: como os indicadores do IDHM refletiram as transformações sociais e econômicas em Santarém-PA entre os censos de 1991, 2000 e 2010? E de que forma esses dados evidenciam a persistência ou superação das desigualdades no município ao longo desse período? Para responder a essas questões e aos objetivos propostos, se fez necessário adotar como instrumento teórico uma discussão sobre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, a luz da teoria econômica e de autores que discutem essas questões para a América Latina. No âmbito metodológico que visa relacionar a teoria com a prática, adotamos uma pesquisa de natureza aplicada e investigativa, no sentido, de se apropriar de dados secundários calculados pelo PNUD, FJP e IPEA (2013), relacionados ao IDHM e suas extensões para a renda, educação e longevidade para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. Sendo complementados por estatísticas de dados sociais retirados de fontes secundárias com o objetivo de qualificar esses índices. Os resultados mostraram que todos os índices de desenvolvimento humano se classificaram na categoria de baixo ou muito baixo no início da série, porém, o da longevidade apresentou uma trajetória ascendente durante os anos analisados. A associação entre os dados que medem o crescimento do PIB com os que avaliam a qualidade de vida e as melhorias no acesso aos serviços básicos não convergem na mesma direção, mostrando, portanto, a concentração de renda, baixa qualidade de vida, distribuição desigual dos serviços de saneamento básico e exclusão social.

Palavras-chave: IDHM, desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento humano

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of the Municipal Human Development Index (MHDI) in Santarém-PA, based on data from the Demographic Censuses of 1991, 2000, and 2010, in order to understand the historical dynamics of socioeconomic inequalities in the municipality. To investigate this theme, the following research questions were adopted: How did the MHDI indicators reflect the social and economic transformations in Santarém-PA between the 1991, 2000, and 2010 censuses? And in what way do these data reveal the persistence or overcoming of inequalities in the municipality during this period? To address these questions and achieve the proposed objectives, it was necessary to adopt, as a theoretical instrument, a discussion on the concepts of development and economic growth in light of economic theory and authors who examine these issues in the Latin American context. From a methodological perspective that seeks to connect theory and practice, we adopted an applied and investigative research approach, using secondary data calculated by UNDP, FJP, and IPEA (2013) related to the MHDI and its components—income, education, and longevity—for the census years of 1991, 2000, and 2010. These data were complemented by social statistics obtained from secondary sources, aiming to enhance the interpretation of these indicators. The results showed that all human development indicators were classified as low or very low at the beginning of the series; however, the longevity index showed a rising trend throughout the analyzed years. The association between GDP growth data and those measuring quality of life and access to basic services did not move in the same direction, thus revealing income concentration, low quality of life, unequal distribution of basic sanitation services, and social exclusion.

Keywords: MHDI, development, economic growth, human development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Entendendo o cálculo do IDHM e seus eixos norteadores (dimensões).....	38
Gráfico 1: Distribuição da População de Santarém/Pará por faixa etária e sexo, de acordo com o Censo Demográfico de 2010	41
Mapa 1: Municípios que constituem a Região Metropolitana de Santarém-Pará.....	42
Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) para 1991, 2000 e 2010 no município de Santarém/Pará.....	43
Quadro 3: Ranking dos maiores IDHM dos municípios do Estado do Pará, de acordo com os Censos Demográficos de 1991.....	45
Gráfico 2: Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Santarém para o período de 2005 a 2023.....	60
Gráfico 3: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Santarém para o período de 2010 a 2022.....	63
Gráfico 4: Evolução da renda recebida, em salário mínimo, pela população Santarena no período de 2010 a 2025	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	37
Tabela 2: População, Área Territorial (Km ²) e Densidade demográfica para os municípios pertencentes a Região de Integração do Baixo Amazonas (2024)	40
Tabela 3: Taxa de Natalidade e percentual de nascidos vivos no município de Santarém/Pará no período de 2010 a 2021	47
Tabela 4: Taxa de Mortalidade Total, e por sexo, no município de Santarém/Pará (Taxa de variação) no período de 2010 a 2021.....	48
Tabela 5: Faixa Etária por quantidade de óbitos de 2010 a 2021 no município de Santarém/Pará	48
Tabela 6: Unidades Ambulatoriais cadastradas no SIASUS no período de 2010 a 2021 no município de Santarém/Pará.....	50
Tabela 7: Médicos Profissionais de Ensino Superior no município de Santarém/Pará no período de 2010 a 2021.....	51
Tabela 8: Variação do número de leitos no município de Santarém/Pará no período de 2010 a 2021	53
Tabela 9: Domicílios Particulares Permanentes, por existência de banheiros ou sanitários e tipo de esgotamento sanitário no período de 1991, 2000 e 2010.....	55
Tabela 10: Domicílios Particulares Permanentes, por forma de abastecimento de água no período de 1991, 2000 e 2010.	56
Tabela 11: Domicílios Particulares Permanentes por destino do lixo no período de 1991, 2000 e 2010	57
Tabela 12: Número de Matrículas nos ensinos pré-escola, fundamental e médio por esferas administrativas (2015 a 2024)	61

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EFMK	Eficiência Marginal do Capital
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudo e Pesquisa
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDL	Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RI	Região de Integração
SEDOP	Secretaria de Obras Públicas do Estado do Pará
SEPLAD	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
SIASUS	Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Crescimento e Desenvolvimento sob a perspectiva da Teoria Econômica.....	17
2.1.1	Crescimento Econômico na perspectiva dos autores da Corrente Mercantilista, dos Economistas Clássicos e Keynesianos.....	17
2.2	Desenvolvimento na perspectiva da Teoria da Dependência.....	26
2.3	Desenvolvimento na perspectiva de Schumpeter, Bresser Pereira e Celso Furtado.....	29
2.4	Desenvolvimento Econômico versus Desigualdades Sociais: Conceitos, Contraversões e Linearidades.....	32
3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	37
3.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o município de Santarém-Pará para os anos de 1991, 2000 e 2010.....	37
3.1.1	Introdução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Um resumo da sua base metodológica.....	37
3.1.2	Breve Apresentação dos Indicadores Populacionais do Município de Santarém/Pará.....	38
3.1.3	Breve Apresentação do Comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e IDHM-Longevidade para Santarém/Pará no período de 1991, 2000 e 2010.....	43
3.1.4	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação para Santarém/Pará no período de 1991, 2000 e 2010.....	58
3.1.5	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Renda para Santarém/Pará no período de 1991, 2000 e 2010.....	62
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

A análise do desenvolvimento humano no Brasil tem sido, nas últimas décadas, fundamental para compreender as desigualdades sociais e regionais que marcam o território nacional. Nesse contexto, os Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborados com base nos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adaptados pela metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), constituem importante instrumento para mensurar avanços e desafios nos campos da longevidade, educação e renda. Tais indicadores permitem observar, em escala local, as disparidades históricas de acesso aos direitos sociais e econômicos básicos, principalmente em municípios de regiões periféricas como a Amazônia brasileira¹.

Neste sentido, Duarte e Cavalcanti (2016) relatam a importância desse tipo de estudo embasado no indicador do IDHM, pois para eles, existe a necessidade de se compreender que o ser humano deve ser visto como alvo do processo de desenvolvimento, o que significa dizer que os ganhos obtidos no rol produtivo, tais como aumento da renda, melhoria da estrutura produtiva, entre outros alocados no capital, devem ser distribuídos de forma igualitária, resultando na redução da exclusão social e apropriação de renda para a população que mais necessita e que está historicamente a margem da sociedade. Portanto, associar indicadores de crescimento econômico com os de desenvolvimento humano seria o ideal para projetarmos políticas públicas mais inclusivas. No entanto, como alertam os autores, o primeiro passo para atingir esta meta é a realização de um diagnóstico da situação econômica e social do país, usando os dados do IDHM para este objetivo.

Seguindo essa linha de raciocínio, a questão do desenvolvimento humano vem sendo debatida por muitos autores com o objetivo de mensurar se houve ou não avanços socioeconômicos no seu país, região, estado ou município. O tipo de pesquisa que utiliza essa linha de investigação tem como objetivo principal compreender as melhorias alcançadas na qualidade de vida da população que vão além dos indicadores econômicos, como o PIB, haja vista que o mero crescimento deste indicador, não significa redução das desigualdades sociais, pelo contrário, em muitos casos, ele acentua os problemas sociais existentes. Isso corrobora com o pensamento de Amartya Sen (2001) quando defende a ideia de que desenvolvimento deve ser multidimensional, ou seja, deve contemplar o acesso a população de políticas públicas que envolvam as áreas da educação, saúde, alimentação, renda, entre outros. Os resultados dessas políticas devem ser universais e proporcionar desenvolvimento centralizado nas pessoas,

¹ Ver Ipea, Pnud e FJP (2010).

com bem-estar social e distribuição equitativas dos recursos gerados, reduzindo, portanto, a pobreza e a concentração de renda.

É nesta temática que os indicadores de IDHM entram na pesquisa, haja vista que proporcionam uma ampliação do conhecimento sobre a realidade do desenvolvimento humano do país e que, principalmente no âmbito municipal, reafirmam as desigualdades enfrentadas pela população. Logo, este indicador se configura “como uma ferramenta capaz de expressar as fragilidades e assimetrias de diferentes grupos sociais e fornecer subsídios para a elaboração de políticas comprometidas com a redução das desigualdades sociais” (PINTO, *et.al.*, (2018, p.100).

Ainda de acordo com os estudos de Pinto, *et.al.*, (2018,) é possível notar a importância desse tipo de estudo em termos regionais, quando se compara a desagregação do IDHM por situação de domicílios rurais e urbanos no Brasil. Os resultados da pesquisa registraram menor desenvolvimento nos domicílios rurais quando comparados com os urbanos, o que já se espera neste tipo de pesquisa. Para o ano de 2010, o IDHM rural do Brasil estava na faixa de baixo desenvolvimento humano com índice de 0,586, valor 28% inferior ao encontrado em áreas urbanas do país com índice alto de 0,750 de desenvolvimento humano. Historicamente, essa é a realidade do país, onde as disparidades são predominantes, acentuadas para as moradias rurais que carecem de serviços básicos de saúde, educação e renda, além de indicadores de saneamento quase inexistentes, o que diminui a qualidade de vida da população e contribui para a extrema pobreza no país.

É nesta vertente temática que queremos responder as duas questões problemas que foram delineadas nesta pesquisa: Como os indicadores do IDHM refletiram as transformações sociais e econômicas em Santarém-PA entre os censos de 1991, 2000 e 2010? E de que forma esses dados evidenciam a persistência ou superação das desigualdades no município ao longo desse período? Para responder a essas questões, temos como objetivo geral analisar a evolução dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Santarém-PA, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, a fim de compreender as dinâmicas históricas das desigualdades socioeconômicas no município.

Como objetivos específicos, pretendemos realizar uma revisão teórica sobre os temas de desenvolvimento e crescimento econômico na perspectiva da teoria econômica. Entendemos que a compreensão desses conceitos é essencial para análises que buscam mensurar o bem-estar da população e as desigualdades sociais no município de Santarém, além

de permitir a compreensão de quais elementos teóricos sustentam a construção e a interpretação dos indicadores de IDHM que vamos utilizar na pesquisa.

Como segundo objetivo específico nos propomos a investigar a evolução do IDHM-Educação no município de Santarém/Pará nos anos de 1991, 2000 e 2010, analisando o acesso à escolarização e o nível de instrução da população ao longo do período. Esta ideia se estende para o IDHM-Renda, considerando-se as transformações nas condições econômicas e na distribuição de renda da população Santarena entre os três censos. Em seguida, pretendemos avaliar o comportamento do IDHM-Longevidade, identificando as mudanças nas condições de saúde e expectativa de vida da população local no período delimitado na pesquisa.

Com o propósito de responder as duas questões problema e os objetivos geral e específicos, a seguir, apresentaremos os passos metodológicos que planejamos para relacionar a teoria proposta com os dados do IDHM calculados pelo PNUD, FJP e IPEA (2013). No contexto metodológico, esta pesquisa se caracteriza quanto a sua natureza como aplicada (GIL, 2008), pois busca analisar dados secundários com vistas à compreensão de fenômenos sociais e econômicos no contexto de Santarém, com potencial para subsidiar políticas públicas.

Quanto aos objetivos propostos, ela é considerada exploratória e descritiva, (GIL, 2008), já que se propõe a investigar e descrever as variações do IDHM ao longo do tempo, além de identificar padrões e tendências relacionados às desigualdades socioeconômicas. Quanto à abordagem, ela é quali-quantitativa, pois este estudo utiliza dados estatísticos para mensuração e comparação dos indicadores, combinando à interpretação crítica e contextualização dos resultados que constitui a abordagem qualitativa.

Como visto, o recorte temporal da pesquisa abrange os anos de 1991, 2000 e 2010, em consonância com os anos dos Censos Demográficos realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que subsidiam o cálculo dos IDHMs. O recorte geográfico é o município de Santarém, localizado na região oeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira.

Quanto a fonte de dados, esta pesquisa baseia-se em dados secundários, provenientes das seguintes fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, Ipea, FJP): dados oficiais do IDHM e de seus componentes (Educação, Longevidade e Renda); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): dados censitários socioeconômicos de Santarém; Bibliografia especializada: autores das teorias do desenvolvimento e da desigualdade social, com destaque para abordagens críticas e latino-americanas; Indicadores que revelam a desigualdade social e o crescimento econômico no município de Santarém com base nos dados dos censos de 2010 a 2022, retirados da base de dados da do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

Quanto ao procedimento de análises, esta pesquisa será conduzida da seguinte forma: coleta e organização dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010, com foco nos valores do IDHM e de seus componentes; construção de tabelas e gráficos comparativos, que permitam visualizar a evolução dos indicadores ao longo do tempo; análise interpretativa, com base nas teorias do desenvolvimento, visando compreender como essas mudanças se relacionam com o contexto econômico e social de Santarém.

Destacamos as principais limitações desta pesquisa, tal como, a ausência de dados atualizados referentes ao Censo de 2020 (realizado apenas em 2022 e ainda em processo de sistematização pelo IBGE à época da elaboração deste trabalho). Além disso, o IDHM, por ser um indicador sintético, não contempla dimensões como desigualdades étnico-raciais, de gênero ou territoriais intraurbanas, que também impactam diretamente o desenvolvimento humano local.

Desta forma, a estrutura dessa pesquisa foi planejada em torno de quatro capítulos, já considerando este que contextualiza a introdução do trabalho. Assim, o segundo capítulo é composto pelo referencial teórico que vai discutir os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico na perspectiva das seguintes teorias econômicas: mercantilismo, pensamento clássico de Adam Smith e David Ricardo e a corrente Keynesiana. Os autores Celso Furtado e Luiz Carlos Bresser foram pesquisados para a discussão sobre desenvolvimento econômico e desigualdades na América Latina; Joseph Schumpeter com sua teoria da inovação e desenvolvimento impulsionado pelas inovações tecnológicas e alguns autores da Teoria da Dependência foram pesquisados para entendermos o processo de subdesenvolvimento na América Latina. As contradições entre os dois conceitos, desenvolvimento versus desigualdades sociais foram discutidos principalmente a luz das análises de Amartya Sen.

No terceiro capítulo temos a discussão dos resultados que traz análises sobre o comportamento do IDHM para Santarém/Pará. A exposição desses dados foi complementada com os dados secundários pesquisados nos sites do IBGE e FAPESPA/PARÁ, sobre as questões da saúde, educação, renda, PIB, indicadores de saneamento básico, entre outros, com o propósito de qualificar os indicadores de IDHM encontrados para o município.

E, por fim, o quarto capítulo, que confere as considerações finais do trabalho, ou seja, são as reflexões sobre os resultados da pesquisa e a consonância entre os objetivos, problema e teoria delimitados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crescimento e Desenvolvimento sob a Perspectiva da Teoria Econômica

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma discussão em torno dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico de acordo com a perspectiva da teoria econômica. Essa discussão traz à tona as diferenças e semelhanças vitais entre esses dois conceitos em diferentes contextos históricos. Inicialmente, discutiremos os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico nas perspectivas dos autores do mercantilismo Thomas Mun, John Law e Jean-Baptiste Colbert, na sequência, a Teoria Econômica Clássica, Adam Smith e David Ricardo cujas análises serão questionadas pelos autores das correntes Marxistas e Keynesianos.

Na sequência, a questão do desenvolvimento e do crescimento econômico serão discutidos nas visões dos autores: Celso Furtado, que defende a ideia de que o desenvolvimento econômico depende da superação da dependência econômica e da desigualdade social; enquanto Luiz Carlos Bresser-Pereira propôs a teoria do "Desenvolvimento Econômico com Estabilidade", enfatizando a importância da estabilidade macroeconômica, investimento em infraestrutura e políticas sociais; por outro ângulo, Joseph Schumpeter, com a sua teoria da "Inovação e Desenvolvimento" que entende que o desenvolvimento econômico é impulsionado pela inovação tecnológica e empresarial. Por fim, apresenta-se a "Teoria da Dependência" embasada nas análises dos autores Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra, ambos economistas e sociólogos que estudaram o subdesenvolvimento na América Latina. Em suas análises, eles discutem como países ricos e desenvolvidos exploram os recursos de países pobres e em desenvolvimento, mantendo-os dependentes.

2.1.1 Crescimento Econômico na perspectiva dos autores da Corrente Mercantilista, dos Economistas Clássicos e Keynesianos

Iniciamos essa discussão discorrendo sobre o Mercantilismo que foi uma teoria econômica que predominou na Europa entre os séculos XV e XVIII, e tinha como principal característica a acumulação de metais preciosos, ouro e prata, como medida de riqueza nacional.

Essa teoria foi elaborada pelos autores Thomas Mun², John Law³ e Jean-Baptiste Colbert⁴. Na concepção desses autores, “a riqueza das nações dependia do afluxo externo de metais preciosos” (SOUSA, 2012, p.55), isto, por sua vez, influenciava o crescimento econômico que dependia do excedente comercial, alcançado por meio da expansão das exportações e da repressão das importações. Nesta concepção, os autores adeptos a esta teoria defendiam que:

A riqueza das nações depende do afluxo externo de metais preciosos. Essa ideia levou à expansão do comércio internacional, provocando maior crescimento econômico das nações envolvidas. No entanto, o principal defeito do sistema, no interior de cada país, era o de desconsiderar o relevante papel das importações no desenvolvimento econômico. Procurava-se a maximização do saldo da balança comercial pela expansão das exportações e compressão das importações (SOUSA, 2012, p.55).

Isto é reforçado pelas análises proferidas por Mun (1664), em sua obra original intitulada “*England’s Treasure by Forraign Trade*” publicada em 1664. Sendo ele, um legítimo representante da corrente mercantilista, a ideia de riqueza de uma nação dependia do seu superávit na balança comercial, ou seja, que o país deveria exportar mais do que importar. Isso se deve ao fato de os países acumularem excedentes comerciais por meio da entrada de metais preciosos, principalmente, o ouro e a prata, considerados na época sinônimos de riqueza e poder. Logo, esse dinheiro que entrava no país através do comércio internacional fortalecia a economia interna, o Estado e o poder militar daquela época.

É nesta concepção que Sousa (2012) enfatiza que durante o mercantilismo no contexto político e econômico, o Estado desempenhava papel fundamental, controlando a economia, fixando taxas de juros, salários máximos e concedendo monopólios para promover a indústria e garantir a balança comercial favorável. Isto porque na abordagem de Law (1705, *tradução nossa*), ao contrário do observado pelos autores Sousa (2012) e Mun (1664, *tradução nossa*), a escassez de dinheiro metálico limitava a expansão do comércio e da produção, então, passou a defender o uso da moeda fiduciária, ou seja, o dinheiro sem lastro metálico, para dinamizar o comércio e estimular o crédito e reduzir o desemprego.

² Thomas Mun foi um economista inglês considerado um dos principais teóricos da corrente dos mercantilistas, especialmente do tipo bullionista. Atuou como comerciante e diretor da Companhia das Índias Orientais, o que influenciou a sua vida econômica. Ele defendeu a intervenção do Estado na economia como meio de promover o acúmulo de metais preciosos e fortalecer o poder nacional (MUN, 1664, *tradução nossa*).

³ John Law foi um economista escocês, financista e aventureiro que teve papel central no desenvolvimento do sistema bancário moderno e na introdução do papel-moeda como instrumento de circulação econômica. Este autor acreditava que o dinheiro não precisava estar atrelado exclusivamente ao ouro e a prata, mas sim à confiança e à regulação do governo. Essas questões foram discutidas em sua obra intitulada “LAW, John. Money and Trade Considered, with a Proposal for Supplying the Nation with Money. Edinburgh: Andrew Anderson, 1705”.

⁴ Jean-Baptiste Colbert foi um estadista francês que atuou como Controlador-Geral de Finanças do rei Luís XIV e é reconhecido como principal expoente do mercantilismo francês ou Colbertismo.

Nesta concepção de defender a balança comercial superavitária, Colbert (1861, *tradução nossa*) defendia um mercantilismo intervencionista, ou seja, a intervenção direta do Estado na economia tinha como objetivo fortalecer o poder real e da nação. Para isso, o autor salienta que o poder econômico na França dependia de uma base industrial forte, para isso, o Estado deveria implementar uma política de criação de manufaturas estatais que receberiam incentivos do governo, tais como, subsídios, isenções fiscais e controles rígidos dos processos de produção. Acrescentamos nesta análise, a questão do protecionismo que seria um sinônimo de políticas alfandegárias rígidas por parte do Estado, com o objetivo de proteger os produtos da França da concorrência externa.

Entretanto, essas medidas acarretaram consequências negativas, tal como destaca Sousa (2012, p. 54), “essa política, que levava ao protecionismo da atividade econômica interna contra similares importados, no longo prazo mostrava-se prejudicial ao desenvolvimento”. Pois, ocasionou a insuficiência de recursos naturais, dificultou o desenvolvimento tecnológico e a adoção de processos de produção redutores de custos. Outra consequência desta política foi a proteção agrícola que resultou no aumento dos preços internos de matérias-primas e alimentos, elevando o custo de vida e, conseqüentemente, os salários de mercado. Além disso, os altos impostos estabelecidos pela Restauração em 1816 sobre o carvão e os produtos da indústria dos metais elevaram os custos das empresas reprimindo o desenvolvimento da produção de ferro e aço. Ademais, contribuiu significativamente para a industrialização tardia da França em comparação com a Inglaterra.

Apesar disso, Sousa (2012, p.55) afirma que “essa política promoveu uma Revolução Comercial na Europa e consolidou as economias nacionais dos grandes países europeus, mas estabeleceu as raízes do subdesenvolvimento contemporâneo”. Isto é, embora o mercantilismo tenha promovido o crescimento econômico e estimulado a industrialização, o sistema também gerou desigualdades econômicas, no que se refere a distribuição de lucro entre os países, e assim corroborou para o subdesenvolvimento contemporâneo.

Sousa (2012) discorre a seguir sobre os principais fatores que causaram a queda da Teoria do Mercantilismo. Entre eles, se encontram o protecionismo e a intervenção estatal que determinou monopólios e impôs limites ao comércio e ao crescimento econômico. Além disso, o foco na acumulação de metais preciosos, no longo prazo provocou inflação, gerando a escassez na produção de matérias-primas essenciais para produção de bens de consumo determinantes para o crescimento econômico. Ademais, a teoria do mercantilismo perdeu força com a ascensão da teoria do Liberalismo Econômico desenvolvida por Adam Smith, que por

sua vez, criticou o protecionismo e a intervenção estatal na economia, haja vista que esse economista defendia a ideia de livre mercado e a intervenção mínima do Estado nas relações econômicas. É o que veremos a seguir.

Conforme Sousa (2012), o autor Adam Smith, é apontado como o principal pensador teórico da economia moderna, quando estabeleceu o conceito de desenvolvimento econômico em sua obra "A Riqueza das Nações" (1776). Para Smith (1776), a riqueza das nações é obtida através do trabalho produtivo. Esse tipo de trabalho é respaldado na divisão do trabalho em tarefas mais simples e especializadas, o que tornaria os trabalhadores mais eficientes e produtivos. Segundo o autor, o aperfeiçoamento e a colaboração entre trabalhadores elevam a produtividade, ao mesmo tempo a disputa e liberdade econômica, favorecem a inovação e a eficácia dos processos produtivos. Assim, de acordo com Smith (1776), o desenvolvimento econômico de um país é determinado pelo aumento da produtividade, acúmulo de capital e o comércio internacional (trocas entre os países, respaldados na divisão internacional do trabalho). Isso promove o crescimento econômico, a elevação da qualidade de vida e a diminuição da pobreza.

Para entender melhor o funcionamento da economia capitalista sob o prisma teórico do clássico Adam Smith é necessário que se compreenda de início o conceito de divisão do trabalho. Para isso, o autor utiliza um exemplo específico de uma fábrica que produz alfinetes para mostrar a veracidade da sua teoria e aplicação direta deste conceito:

Para dar um exemplo, podemos citar uma indústria muito débil, mas cuja divisão de trabalho tem sido muito notada: a fabricação de alfinetes. Um trabalhador que não esteja habituado a esta indústria (que a divisão de trabalho transformou numa atividade específica), ou às máquinas nela usadas (para cuja invenção contribuiu provavelmente essa mesma divisão do trabalho), dificilmente poderá, dada a sua falta de conhecimentos, fazer um alfinete em um dia, e certamente não conseguirá fazer vinte. Mas devido a maneira como atualmente está organizada, não só constitui um tipo de produção com características muito específicas como ainda se apresenta dividido num certo número de ramos de atividades, grande parte dos quais se assemelham a indústrias distintas. Um homem transporta o fio metálico, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade, um quinto prepara a extremidade superior para receber a cabeça; para fazer a cabeça são precisas duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra; colocar os alfinetes sobre o papel da embalagem é também uma tarefa independente. O importante trabalho do fabrico de alfinetes está, portanto, dividido em cerca de dezoito operações distintas que, em algumas fábricas, são efetuadas por diferentes operários (SMITH, 1974, p. 13-14).

É pertinente salientar que em qualquer outra indústria era possível observar a divisão de trabalho e as suas funcionalidades semelhantes ao exemplo acima citado na obra de Adam Smith (1974). Lembrando que as ideias do referido autor foram elaboradas tendo como pano de fundo histórico a Revolução Industrial do século XVIII e início do XX. Nesta época, a

Inglaterra era o centro comercial do mundo e berço desta revolução, logo, a procura por seus produtos industrializados aumentou em mais de 50%, segundo as informações de Hant e Lautzenheiser (2013), haja vista que os preços cobrados por esta produção eram competitivos no mercado, o que assegurou, a entrada de grandes parcelas de lucros para as indústrias vigentes no período. Com a demanda crescendo no mercado exterior, aumentava, na mesma proporção a necessidade de seguir com as políticas de inovações tecnológicas por parte das empresas atuantes.

Essa lucratividade da comercialização desses bens industriais tem a sua origem, como dito anteriormente, pela divisão do trabalho, que por sua vez, proporciona o aumento da produtividade do trabalho que foi inserido para a produção das mercadorias. Deduzimos, portanto, que quanto mais uma indústria se desenvolva, mais chances terá de se inserir a tecnologia em seu processo de produção para que haja a divisão do trabalho em suas tarefas que, conseqüentemente, aumentará a produtividade do trabalhador nela empregada, o que gera, por sua vez, o aumento do lucro do empresário. Neste processo se percebe a força motora que move essa divisão do trabalho que é a mão de obra do operário que está presente em todas as etapas de produção de uma determinada mercadoria. Para exemplificar essa operação, Smith (1974) faz a distinção das organizações das tarefas nos setores agrícolas e da indústria, ilustrando que a tarefa da divisão do trabalho e a produtividade é mais visível, em termos de lucratividade nas indústrias do que na agricultura:

O trabalho indispensável para fabricar completamente qualquer produto está quase sempre dividido por muitos operários. Quantas operações diferentes de produção não existem no processo de transformação do linho e da lã, desde os agricultores ou os pastores até aos branqueadores e penteadores, ou ainda aos tintureiros e alfaiates! A natureza da agricultura não admite tantas subdivisões de trabalho nem uma tão acentuada divisão entre os diferentes ramos de produção como a que se verifica na indústria. Não é possível separar com tanta nitidez o trabalho do criador de gado do cultivador de cereais como o do ferreiro e do carpinteiro. A fiação raramente é executada pelo tecelão; mas é normalmente o mesmo homem que lavra a terra que a trabalha com a grade, que semeia e que mais tarde faz a colheita. Esta impossibilidade de realizar uma completa separação dos diferentes ramos de trabalho usados na agricultura é talvez a causa de o aumento da sua produtividade não ser tão grande como é nas indústrias (SMITH, 1974, p.14).

É neste campo de análise que Smith (1974, p.61) vai tecer alguns comentários sobre o que seria a Riqueza das Nações. Para ele, as nações ricas quase sempre levam vantagens sobre as nações pobres quando apresentam elevadas produtividades e divisões de trabalhos em suas indústrias e no campo da agricultura, no entanto, a superioridade da produção industrial é mais nítida em termos de obtenção de lucro. Logo, para que haja maior produtividade nos setores produtivos é necessário que haja uma maior combinação de quantidades de capital e trabalho investido na produção. Para este autor, a riqueza das nações está no trabalho que é capaz de

gerar valor e riqueza, ou seja, o aumento do número de trabalhadores empregados nas fábricas possibilita ao industrial o acúmulo de lucros que, por conseguinte, poderá ser reempregado na produção industrial.

Na concepção de Sousa (2012), o bem-estar social e o crescimento econômico eram assegurados pela busca do bem-estar individual. Além disso, o autor determinava que o livre mercado seria a melhor forma de organizar o mercado e fazer fluir a economia. Isto se deve ao fato da existência de “um Estado burocrático e legislação excessiva inibirem a livre iniciativa e restringir a acumulação de capital” (SOUSA, 2012, p. 66). Em um cenário adverso, no mercado livre, o preço seria determinado pela oferta e demanda de bens e serviços, logo, os consumidores e produtores teriam autonomia para fazer suas escolhas conforme suas necessidades.

É neste contexto que a teoria de Adam Smith faz duras críticas a teoria mercantilista que considerava os metais preciosos como os principais causadores da riqueza nacional. Refutando esta ideia, Smith destacou que o trabalho produtivo é o meio primordial para a maximização da riqueza. Em seus argumentos “a produção de cada ano será tanto maior quanto mais trabalhadores produtivos forem contratados, a qual depende da divisão do trabalho e do estoque de capital, que permite aumentar a produtividade do trabalho” (SOUSA, 2012, p.60):

Ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra como os principais fatores da riqueza nacional, para Adam Smith (1723-1790) o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo. O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados (SOUSA, 2012, p.58).

Na perspectiva de Sousa (2012), a principal diferença entre Adam Smith e os mercantilistas está na compreensão do fator impulsionador do crescimento econômico. Enquanto os mercantilistas enfatizavam a importância da acumulação de riquezas materiais, Adam Smith destacou a importância do trabalho produtivo e da eficiência econômica. Nas palavras do autor “a economia de Adam Smith, como a dos fisiocratas, funciona sob condições de liberdade total dos agentes econômicos, com a presença mínima do Estado, que teria como funções precípuas a defesa, a justiça e a manutenção de certas obras públicas” (SOUSA, 2012, p. 58), já os mercantilistas defendiam a intervenção estatal para controlar o comércio e a economia. Essas diferenças fundamentais refletem duas visões distintas sobre a natureza da economia e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

Em suma, Adam Smith, desenvolveu teorias que revolucionaram as relações econômicas entre os países e que deram novas perspectivas sobre os fatores causadores do crescimento econômico das nações. Em seguida, veremos que as suas teorias foram ampliadas

com David Ricardo, que assim como Smith, aderiu a ideia dos trabalhos produtivos como o principal fator na acumulação de capital e vice-versa, além do mais, os autores compartilharam da ideia do livre comércio e da mínima intervenção estatal na economia.

Sousa (2012), ressalta que na análise de David Ricardo, o desenvolvimento econômico está ligado ao processo de distribuição da riqueza e ao papel da agricultura. Este autor enfatizou que “o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores; isso elevava os salários nominais e os fundos de salários, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto” (SOUSA, 2012, p. 66).

É neste âmbito que a teoria da renda da terra publicada por Ricardo ressalta que “quanto maior a produtividade da terra na margem extensiva, tanto maior será a disponibilidade de alimentos, o nível do salário de subsistência e o lucro absoluto” (SOUSA, 2012, p.74). Essa teoria mostra como a fertilidade do solo e os rendimentos decrescentes intervêm diretamente nos custos de produção agrícola, aumenta os custos e reduz a taxa de lucro. Assim, para Ricardo, a ascensão econômica requer inovações tecnológicas no setor agrícola, a livre importação de alimentos e políticas que incitem a acumulação de capital, evitando a inatividade econômica. Ele também destacou o papel dos capitalistas, onde a busca pelo lucro incentiva a acumulação de recursos e o reinvestimento cruciais para a elevação econômica (SOUSA, 2012).

Outra teoria apresentada por David Ricardo, foi a das vantagens comparativas. Esta teoria dizia que as nações deveriam se especializar em produzir bens em que possuem vantagens significativas, potencializando a eficácia e a competitividade global. Na análise de Souza (2012):

Essa vantagem existe não importando se um dos países não tenha vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria, ou seja, mesmo que ele não produza algum bem com custos mais baixos. O argumento centra-se nas vantagens relativas na produção dos bens, isto é, no fato de que pode ser vantajoso para um país produzir mais de um bem do que de um outro (SOUSA, 2012, p.76).

Sousa (2012), destaca que a dinâmica das vantagens comparativas determina que países mais pobres se dediquem em produzir matérias-primas e produtos agrícolas, por outro lado os países ricos produzam bens industrializados, acabados e de maior valor agregado. Dessa maneira, todos se beneficiam igualmente no mercado internacional, estimulando a divisão internacional do trabalho. Nesta concepção, a Teoria Clássica foi criticada pois “não se menciona a exploração de trabalhadores pelos capitalistas; para os clássicos essas duas classes, são exploradas pelo dono das terras” (SOUSA, 2012, p. 79). A necessidade exclusiva de inovações tecnológicas e comércio macroeconômico para eludir o estado estacionário foi

questionada por sua visão limitada, omitindo sequelas pertinentes na sociedade, “por exemplo, inovações técnicas que recuam a margem extensiva podem representar o desemprego de trabalhadores, embora os salários reais cresçam e a renda da terra diminua” (SOUSA, 2012, 78). Além disso, a compatibilidade, entre crescimento econômico e distribuição de renda é contestada, pois o maior lucro ou restrição da renda da terra não proporcionam melhorias igualitária as classes sociais em geral. Outra crítica pertinente ao mercantilismo encontra-se na teoria Marxista, que censura a teoria clássica, por defender que o comércio deve ser livre de intervenções estatais, e que o Estado deve ter um papel mínimo na economia.

Continuando essa discussão sobre crescimento e desenvolvimento econômico, mencionamos o autor Karl Marx que foi citado na análise de Sousa (2012). De acordo com este autor, Karl Marx analisa o crescimento econômico como um ciclo de altos e baixos, impulsionado pelo progresso tecnológico, mas marcado por crises regulares. Essas crises, são causadas pela expansão da composição orgânica do capital, onde há maior investimento em máquinas e tecnologia em detrimento dos salários, essa dinâmica gera consequências sociais significativas. “Logo, o progresso técnico traz desequilíbrios e modificações nas relações de produção. Isto gera conflitos entre os agentes econômicos, que influenciam o despenho futuro da economia” (SOUSA, 2012, p.82), ou seja, a evolução tecnológica dinamiza os meios de produção e impulsiona o crescimento econômico, no entanto, essa dinâmica influencia o desequilíbrio das relações sociais, principalmente na taxa de desemprego.

Souza (2012) quando analisou a obra de Marx, detectou que a abordagem deste autor assimilou que a Revolução Industrial intensificou a produção em grande escala, impulsionando o crescimento econômico e transformando a estrutura produtiva, mas a riqueza permanece concentrada nas mãos de poucos, consumando as desigualdades sociais e conflitos entre classes. Os trabalhadores têm seu poder de compra reduzido, implicando diretamente na restrição do consumo. No contexto internacional, Sousa (2012) advertiu que Marx enfatizou que países ricos exploram os pobres, perpetuando desigualdades entre as nações. Isso acontece porque países industrializados monopolizam suas tecnologias e seus meios de produção, essas ações mantêm os países periféricos em posição de dependência.

Neste ponto, a análise marxista diverge das teorias clássicas dos autores Adam Smith e David Ricardo, quando apontam a insuficiência do crescimento a concorrência e custos. Na concepção geral desses autores, no longo prazo, o mercado ajustaria a um equilíbrio natural, onde a distribuição de riqueza seria estabelecida pelas forças de oferta e demanda. Isto difere da teoria Keynesiana que surgiu após a Grande Depressão de 1930, que defendia a intervenção

estatal para corrigir falhas do mercado, estimulando o pleno emprego e a restrição as desigualdades. É o que veremos a seguir.

A Teoria Keynesiana surgiu no final dos anos 1930, impulsionando o debate sobre desenvolvimento econômico. Esta teoria criticou a concepção clássica de mecanismos estabilizadores da economia apregoados pelos economistas Clássicos que defendiam a ideia da lei de Say como estabilizador automático para levar a economia ao pleno emprego dos fatores produtivos. Em contraposição à Lei de Say, Keynes defendeu o princípio da demanda efetiva. Keynes argumentou que preços e salários rígidos, combinados com baixa propensão a investir, podem limitar o crescimento econômico, impedindo o pleno emprego. Nesta vertente, o *laissez-faire* dos clássicos deu lugar a uma ação mais efetiva do Estado no direcionamento da economia. Salienta-se que Keynes (1936) também introduziu o conceito de desemprego involuntário, que ocorre quando as pessoas não conseguem emprego aos salários de mercado.

No trecho abaixo Sousa (2012) justifica a existência da demanda efetiva proposta por Keynes, assim como a intervenção do Estado na economia em períodos de depressão:

Em períodos de depressão principalmente, o governo pode influenciar diretamente o nível do emprego, por meio da política fiscal (gastos públicos, tributação, empréstimos etc.), da política monetária (emissão ou controle da moeda, fixação da taxa de juro etc.), da política cambial, e etc. Através dessas políticas, o governo age sobre as expectativas, influenciando o nível do investimento. Assim, cabe a ele regular a economia, para suavizar as flutuações econômicas, e realizar investimentos para evitar a estagnação no longo prazo, em face da tendência declinante da Eficiência Marginal do capital (SOUSA, 2012, p.114).

Assim para a economia Keynesiana, a eficiência marginal do capital (EFMK) depende das expectativas dos empresários sobre os rendimentos futuros, é um fator crucial para o investimento. Keynes (1936), enfatiza a importância da eficiência marginal do capital na tomada de decisões, pois, quanto maior ela for, mais os investidores tendem a investir. No entanto, investir com base em especulações envolve incertezas e riscos, por isso os empresários operam com uma margem de segurança, representada pelas seguintes variáveis: taxa de retorno r , taxa mínima de retorno r^* , taxa de juro i e a variável psicológica de risco i^* . Segundo o autor, o investimento será viável se a taxa de retorno r for maior ou igual a taxa mínima de retorno r^* e igual a taxa de juros i mais a variável psicológica de risco i^* .

Além disso, Keynes (1936) argumenta que a elevação e flutuações da taxa de juros e investimentos altos implicam em retornos decrescente, ou seja, à medida que o investimento aumenta, a eficiência marginal do capital tende a diminuir. Ademais, a eficiência marginal do capital é um fator importante para o desenvolvimento econômico, pois, estimula os empresários

a investirem em novas fábricas, que por sua vez, aumentam o nível de emprego e diminui o nível da pobreza.

Com o objetivo de aprimorar este debate sobre desenvolvimento econômico, a seguir, faremos uma discussão sobre a Teoria da Dependência que busca compreender por que os países periféricos, mesmo após o processo de industrialização ou reformas estruturais, continuam presos a uma conduta de subdesenvolvimento, em relação aos países centrais. É o que discutiremos a seguir.

2.2 Desenvolvimento na perspectiva da Teoria da Dependência

Como vimos anteriormente, as teorias econômicas tradicionais se concentraram na maximização das riquezas dos países para alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico. Contudo, poucas abordagens buscaram compreender as causas que perpetuam a pobreza e a disparidade econômica entre as nações. Surge então, a Teoria da Dependência, que segundo Santos (2020, p.92):

Surgiu na América Latina nos anos de 1960, tentando explicar as novas características do desenvolvimento da região, iniciado de fato em 1930-1945. Desde os anos 1930, as economias latino-americanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da substituição de produtos industrializados importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional. Em seguida, terminado o longo ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global de 1929 e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se depois da Segunda Guerra Mundial, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimentos que se orientavam para o setor industrial. Implantadas elementarmente nos anos de 1930 a 1940, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviram de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo era as empresas multinacionais criadas nas décadas de 1940 a 1960. Esta nova realidade contestava com a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta do desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

É neste contexto apresentado acima que a Teoria da Dependência, surgida na década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava constituída sob a hegemonia de grandes grupos ou conglomerados econômicos. É neste contexto, que os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne se tornaram os historiadores da Teoria da Dependência. Nas palavras de Santos (2020, p.92 e 93):

Os autores Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne identificaram dois antecedentes imediatos para o enfoque da Teoria da Dependência: a) criação de tradição crítica ao

eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte americano e a crítica à economia neoclássica de Raul Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL; b) o debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy. Eles resumem em quatro pontos as ideias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem: 1) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; 2) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; 3) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; 4) a dependência, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diversas formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

É neste contexto que analisamos a seguir a Teoria da Dependência, que de acordo com Katz (2000), surgiu na América Latina entre os anos de 1960 e 1970 para explicar o subdesenvolvimento econômico e social da região. Os principais expoentes da teoria da dependência incluem “Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra que postularam uma concepção marxista que foi complementada pela visão metrópole-satélite de André Gunder Frank” (KATZ, 2000, p.75). Eles reformularam as antigas interpretações de subdesenvolvimento centradas no confisco imperialista dos recursos da periferia. A teoria da dependência destaca que os países periféricos são mantidos em uma posição de subordinação, através de mecanismos econômicos, políticos e sociais que beneficiam os países centrais. Isso inclui a transferência de excedentes econômicos, a imposição de políticas neoliberais e a dependência tecnológica e financeira.

Segundo Katz (2000), essa dependência é vista como um resultado histórico do colonialismo Europeu. Segundo autor, a Europa foi nutrida por colônias estabelecidas na América e pelo holocausto escravista gerado na África. O colonialismo isolou os países europeus e gerou uma discrepância econômica em relação a outros países do mundo que se desenvolveram a um ritmo mais lento. Além disso, o colonialismo garantiu a supremacia dos países europeus. No entanto, gerou uma economia global desigual, além de consequências históricas como a dependência econômica dos países pobres em relação aos países ricos, ademais influenciou negativamente nas relações sociais e culturas nos países colonizados.

De acordo com Katz (2000), embora tenha ocorrido uma diminuição em notoriedade nas décadas posteriores, a teoria da dependência continua importante no estudo das interações econômicas internacionais e das desigualdades mundiais. Ela apresenta uma visão crítica em relação ao desenvolvimento e aos moldes da globalização, destacando a carência de uma modificação estrutural para exceder a submissão e abranger um desenvolvimento mais igualitário e sustentável.

Complementando a análise de Katz (2000), o autor Schwartzman (2004) chama a atenção que um dos fatores que diferenciam uma nação desenvolvida de uma nação subdesenvolvida é o nível de industrialização. Segundo o autor, um país desenvolvido tem alto nível de industrialização, enquanto os países subdesenvolvidos possuem seus meios de produção agrícola defasados. Nas palavras do autor, “os países industriais exploravam os países pobres vendendo-lhes produtos manufaturados caros e pagando pouco pelas matérias primas, ou seja, commodities” (SCHWARTZMAN, 2004, p.51).

Outro fator relevante é a renda per capita. Segundo Schwartzman (2004), os países desenvolvidos possuem renda per capita alta e a distribuição de renda é mais equitativa entre a população; enquanto países subdesenvolvidos possuem baixa renda per capita, e alto nível de desigualdades sociais e concentração de renda. Países desenvolvidos possuem infraestrutura avançada, incluindo, saneamento, energia, rodovias, ruas e meios de transportes eficientes, enquanto países subdesenvolvidos enfrentam deficiência significativas nesses aspectos. Além disso, nações desenvolvidas são referências em tecnologia e inovação que automatizam seus meios de produção e impulsionam o crescimento econômico, enquanto as nações subdesenvolvidas dependem da importação da tecnologia e inovação monopolizadas pelos países ricos. Ademais, nações desenvolvidas tem altos investimentos em saúde e educação que resultam em altos índices de educação e expectativa de vida, enquanto países subdesenvolvidos possuem altos índices de mortalidade e baixo índice de educação, devido a baixos investimentos nesses setores.

Segundo Schwartzman (2004), a perpetuação da pobreza das nações é um fenômeno complexo, resultante da interação de fatores econômicos, políticos, sociais. Além disso, fatores históricos como a herança colonial, conflitos étnicos e religiosos, mudanças climáticas e a globalização desigual também contribuem para a perpetuação da pobreza. Nas palavras do autor, a pobreza é analisada como “um fato da natureza, decorrência do fato de nascerem muitas pessoas e não haver produção suficiente de alimento, e não consequência de uma ordem econômica particular” (SCHWARTZMAN, 2004, p.66).

Ademais, desigualdade de renda, falta de investimento em educação e infraestrutura, corrupção, instabilidade política e dependência econômica são alguns dos principais agravantes. É neste sentido que “para Marx, os trabalhadores, muito bem integrados na economia capitalista, permaneciam pobres por causa do modo de funcionar da economia” (SCHWARTZMAN, 2004, p.67). Além, disso o acesso prioritário dos países ricos à tecnologia,

crédito e mercados, somada à vulnerabilidade dos países em desenvolvimento, à desastres naturais e crises econômicas globais, aprofunda ainda mais a exclusão social e econômica.

Na análise de Schwartzman (2004), Marx enfatiza que as desigualdades econômicas entre as nações se intensificaram com surgimento de novas tecnologias, por isso, a industrialização tardia de determinados países os condenaria ao subdesenvolvimento, além de que os moldes do sistema capitalista não pregam a igualdade econômica entre a sociedade. Essa dinâmica cria um ciclo vicioso, onde a pobreza se autoalimenta, dificultando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

2.3 Desenvolvimento na perspectiva de Schumpeter, Bresser-Pereira e Celso Furtado

Segundo Sousa (2012) crescimento e desenvolvimento econômico são apresentados como dois conceitos diferentes. O crescimento econômico é indicado como o aumento quantitativo do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a ampliação da economia medida pela variação da renda nacional. Já o desenvolvimento econômico envolve mudanças qualitativas no contexto social e econômico, transformando uma economia subdesenvolvida em uma economia desenvolvida e efetiva. Isso inclui, melhoria na qualidade de vida das pessoas, estímulo da produtividade e diminuição da pobreza, além de mudanças estruturais como, mais flexibilidade da economia e ampliação nas relações internacionais do mercado.

A ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população (SOUSA, 2012, p.5).

Portanto, “define-se desenvolvimento econômico pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estrutura e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais” (SOUSA, 2012, p.7). O desenvolvimento exige crescimento econômico permanente, maior que o crescimento demográfico, e privilegia a melhoria do bem-estar social, diferentemente do crescimento que se limita na expansão econômica.

Schumpeter (1978), diferencia os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, destacando que o crescimento econômico se refere apenas a um aumento quantitativo dos fatores de produção, como a população e a riqueza acumulada. Por outro lado, o desenvolvimento econômico envolve transformações qualitativas que abrangem a estrutura econômica de forma profunda, inserindo novos ajustes de produção e novas formas de

organização que modificam a corrente produtiva e a conduta empresarial. Sendo assim, desenvolvimento econômico na visão de Schumpeter seria:

O desenvolvimento econômico até agora é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica, somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente (SCHUMPETER, 1978, p. 70).

Conforme observado em Schumpeter (1978), essas mudanças não são impulsionadas pelo simples acúmulo de capital, mas por inovações e a função do empreendedor, que atua como um agente destrutivo e incentivador da elevação econômico. O autor enfatizava que o desenvolvimento não pode ser confundido com uma expansão contínua do sistema, pois envolve um processo criativo e dinâmico, muitas vezes envolvendo a "destruição criadora" que reorganiza métodos antigos de produção e amplia as barreiras econômicas tradicionais. Assim, a economia progride não por uma simples repetição do trânsito econômico anterior, mas por meio da elevação qualitativa que renovam o sistema. Nas palavras do autor:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1978, p. 74).

Nesta concepção de desenvolvimento econômico proposta por Schumpeter (1978), mas com algumas adaptações, o autor Bresser-Pereira (2008), define crescimento econômico como o aumento da renda per capita, já o desenvolvimento econômico envolve mudanças estruturais na economia, como incrementos tecnológicos e avanços produtivos. Ele destaca, que o desenvolvimento é um processo histórico ligado ao surgimento do capitalismo, que envolve a acumulação de capital e progresso técnico, implicando na qualidade de vida da população.

Apesar de reconhecer diferenças regulamentares, como a relação do desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade, o autor trata os dois conceitos como interligados e geralmente simultâneos em contextos históricos, considerando, portanto, desenvolvimento econômico e crescimento duas expressões sinônimas, isto é, “desenvolvimento sem o adjetivo econômico poderá ser algo mais amplo e melhor, poderá ser uma palavra para exprimir um conceito correlato ao de progresso” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.4).

Diferente de Bresser-Pereira (2008), o autor Celso Furtado (1974), entende o conceito de desenvolvimento econômico como um processo completamente ligado à acumulação de capital e à adoção de tecnologias que viabilizam maior eficácia nos métodos de produção. Para o autor, o desenvolvimento econômico não se limita ao mero crescimento da renda ou à exploração de recursos naturais, mas englobam mudanças no contexto social que implicam na forma como os recursos produtivos são utilizados.

O aumento da renda de uma comunidade pode resultar de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico: isto é, acumulação do capital e adoção de processos produtivos mais eficientes; b) a exploração de recursos naturais não-renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974, p.99).

Furtado (1974) destaca que o desenvolvimento é um processo que pode conduzir a elevação da renda em uma nação, ao lado da exploração de recursos naturais não exauríveis e do domínio em sistemas de divisão internacional do trabalho. Entretanto, diferencia-se por seu destaque na resiliência de uma sociedade de se organizar economicamente de forma a produzir avanço técnico e o acúmulo de capital, incentivando um avanço qualitativa e quantitativa da produtividade. Logo, o conceito de desenvolvimento econômico, para Furtado, vai além de aumentos exatos, está associado a alterações estruturais que proporcionam à economia manter o crescimento de forma equiparado e eficiente, sem depender apenas de condições exógenas ou esgotáveis.

Furtado (2000), aborda o conceito de desenvolvimento econômico como um fato versátil que supera o simples progresso da produtividade. Nesse sentido, ele destaca três pontos cruciais: a elevação da eficácia no sistema social de produção, a satisfação das carências vitais da população e a realização de propósitos definidos por grupos sociais predominantes. “Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica” (FURTADO, 2000, p. 22). Resumindo, o desenvolvimento não se restringe ao progresso técnico ou à acumulação de riquezas, mas envolve mudanças estruturais que viabilizam mudanças sociais.

Além disso, Furtado (2000), destaca que o crescimento econômico pode acontecer sem garantir a melhoria das condições de vida para a maior parte da população, principalmente em nações procedentes de exploração social. Ele enfatiza que o desenvolvimento está estreitamente ligado à criatividade cultural e à resiliência social em adaptar-se, evidenciando a carência de políticas públicas que impactam nos parâmetros econômicos, sociais e culturais de forma mais igualitária.

Essa discussão continuará no próximo tópico quando faremos um debate sobre o desenvolvimento econômico e sua relação com as desigualdades sociais que tem sido uma constante na literatura das ciências sociais e econômicas, revelando tensões, contradições e dilemas que atravessam tanto países centrais quanto periféricos.

2.4 Desenvolvimento Econômico versus Desigualdades Sociais: Conceitos, contraversões e linearidades

A compreensão das desigualdades sociais e econômicas é um dos grandes desafios da ciência social aplicada. O presente capítulo tem por objetivo realizar uma discussão sobre os temas de Desenvolvimento econômico e Desigualdades sociais. Essa discussão traz à tona as contraversões e linearidades vitais desses dois conceitos. O Desenvolvimento econômico e as Desigualdades sociais são dois conceitos distintos. Essa contradição ocorre quando o crescimento econômico não é acompanhado pela distribuição justa da renda e da riqueza entre a população. Neste sentido, o crescimento econômico concentrado em um país ou região pode levar a uma disparidade de renda entre as classes sociais, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população não se beneficia do crescimento.

“Por que a igualdade” e “Igualdade de que? Essas são questões centras para o estudo do princípio moral da igualdade analisadas por Amartya Sen (2001). Este autor enfatiza que as duas perguntas são distintas, mas completamente correlacionadas, nessa perspectiva ao argumentarmos contra ou a favor da segunda pergunta instintivamente já estamos respondendo a primeira pergunta, ou seja, assume-se automaticamente uma posição da importância ou não do “porque a igualdade”.

Segundo Amartya Sen (2001 p.29), “a ideia de igualdade é contrariada por diversidades de dois tipos distintos: a heterogeneidade básica dos seres humanos e a multiplicidade de variáveis onde o termo igualdade pode ser jugado”. A heterogeneidade reporta a existência de elementos ou características distintas e variadas, como etnias, idiomas e culturas diferentes que coexistem e se relacionam em uma esfera social. Nesse sentido, a diversidade das pessoas contrapõe a avaliação da igualdade em matéria de variáveis distintas. Já a multiplicidade enfatiza a existência de múltiplas verdades, interpretações e perspectivas e que nenhuma delas é superior ou absoluta. Nesse sentido, “a ideia de igualdade” não é universalmente aceita. No entanto, o autor argumenta que toda teoria do ordenamento social que tenha se mantido ao longo do tempo de alguma forma consente a igualdade de algo, e embora haja divergências entre si, ainda sim as teorias têm essa característica em comum.

Conforme Amartya Sen (2001), o princípio da igualdade limita-se nas diferenças existentes na esfera social. Sobre isso afirma que:

Os seres humanos são profundamente diversos. Somos diferentes uns dos outros não somente em características externas (p. ex., nas riquezas herdadas, no ambiente social e natural em que vivemos), mas também em nossas características pessoais (p.ex., idade, sexo, propensão à doença, aptidões físicas e mentais). A avaliação das demandas de igualdade tem que se ajustar à existência de uma diversidade humana generalizada (SEN, 2001, p.29).

Segundo Amartya Sen (2001), embora que a retórica “todos os homens nascem iguais” seja universal, vista como parte crucial do igualitarismo, ainda sim a retórica da “igualdade dos homens” tende a ignorar as diferenças interpessoais. O autor enfatiza, que a retórica da “igualdade dos homens” pode ser ilusória, pois ignora as discrepâncias sociais e pode levar a um tratamento desigual em favor das classes em desvantagem. Sen (2001) defende a igualdade substantiva, em que os que estão em desvantagem recebam um tratamento especial para que assim possa compensar as desigualdades anteriores.

Sen (2001), denomina a “variável focal” com a variável escolhida para ser analisada entre diferentes indivíduos. No entanto, o autor enfatiza que “a variável focal escolhida pode ter, é claro, uma pluralidade interna. Por exemplo, liberdades de diferentes tipos podem ser agrupadas como foco de atenção preferido, ou a variável selecionada pode envolver combinação de liberdade ou realizações” (SEN, 2001, p. 30). Neste sentido, é importante considerar as características contidas nas variáveis focais elementares como, renda real ou felicidade e fazer a distinção da diversidade entre as variáveis focais escolhidas, pois, elas podem ter diferentes dimensões e aspectos.

Na concepção de Sen (2001), a heterogeneidade das pessoas inibe a convergência das características da desigualdade em espaços distintos. Em outras palavras, a esfera social é composta de partes diferentes, isto é, essa diversidade inibe o compartilhamento da renda, riqueza e felicidade. No entanto, o compartilhamento igual daquela que caracteriza a desigualdade (renda, riqueza e a felicidade) traria a igualdade e o equilíbrio econômico a toda sociedade? Segundo Amartya Sen:

A igualdade em termos de uma variável pode não coincidir com a igualdade na escala de outra. Por exemplo, oportunidades iguais podem resultar em rendas bastante desiguais. Rendas iguais podem associar-se a diferenças significativas na riqueza. A igualdade de felicidade pode estar associada a graus bastante diferentes de satisfação de necessidade. Uma igual satisfação de necessidade pode estar associada a diferentes liberdades de escolha (SEN, 2001, p.31).

Conforme Amartya Sen (2001), se todas as pessoas fossem idênticas não haveria a necessidade de se preocupar com igualdade, neste sentido, “a diversidade generalizada dos seres humanos nos faz lidar com a diversidade de foco na avaliação da igualdade” (SEN, 2001, p.31).

Portanto, a diversidade humana reporta que a igualdade pode ser avaliada em diferentes espaços ou aspectos da vida levando em conta variáveis como, renda, saúde e educação. Além disso, as pessoas são diferentes, e tem necessidades e habilidades que variam de acordo com as circunstâncias, nesse sentido, a igualdade não pode ser avaliada de forma única e exclusiva.

Segundo Sen (2001), teorias distintas apresentam respostas diferentes a pergunta “igualdade de que? Essas respostas podem ser distintas em princípio, envolvem abordagem e conceitos diferentes. No entanto, essas distinções são influenciadas pela importância empírica da diversidade humana pertinentes que diferencia a igualdade de um espaço da igualdade de outro.

A reivindicação pela igualdade é constante na sociedade, no entanto, questiona-se “igualdade de que”? Sen (2001, p. 30), afirma que “a igualdade é julgada comparando-se algum aspecto específico de uma pessoa (tal como a renda, riqueza, felicidade ou liberdade, oportunidades, direitos ou satisfação de necessidades) com o mesmo aspecto de outra pessoa”. Nesses aspectos, a desigualdade caracteriza-se no déficit das variáveis renda, riqueza e felicidade.

Por exemplo, uma abordagem igualitária (tal como a teoria de "intitlamento" desenvolvida convincentemente por Robert Nozick no seu livro *Anarchy, State and Utopia*) pode atribuir prioridade a liberdades amplas, a serem garantidas igualmente a todos, e isso exige a rejeição da igualdade ou de qualquer "padronização" de "estados-fim" (p. ex., a distribuição de rendas ou felicidade). O que é considerado usualmente por implicação como o foco mais central é aquele que predomina; as desigualdades nas variáveis que de fato são tratadas como periféricas devem ser então aceitas para que não se violem os ordenamentos corretos (incluindo a igualdade) no nível mais central (SEN, 2001, p.32).

Dentro do aspecto da comparação da igualdade, em um país, a desigualdade se manifesta pela má distribuição da renda, riquezas e dos bens produzidos entre seus habitantes. Porém, a renda concentrada nas mãos de poucos pode resultar em um desequilíbrio socioeconômico, pois, a concentração de renda é uma das principais causas da desigualdade social. Complementando a análise de Sen (2001), o autor Santos (2018), enfatiza que a distribuição de renda é um problema econômico de proporção mundial.

O estudo da distribuição de renda leva a análise da riqueza que é produzida em um país. Um dos meios para fazer essa análise é através do PIB e da Renda per capita. Segundo Santos (2018, p.21), “o PIB irá fornecer a informação de qual o nível de riqueza total de um país, porém o quociente de divisão do valor do PIB pelo número de habitantes fornece uma ideia muito perversa em relação ao padrão de vida da população. Neste sentido, o Produto Interno Bruto elevado de um país pode inibir diagnósticos básicos da sociedade, como a baixa

escolaridade, baixo índice de expectativa de vida, além da pobreza e a fome, pois, o PIB fornece apenas o somatório das riquezas produzidas, sem se importar com as diferenças sociais, então:

De fato, um país pode ser muito rico e seus habitantes muito pobres. Ainda, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida superior à de um país com renda per capita maior. O que determina essa diferença é como e de que forma é feita essa distribuição, ou seja, o perfil da distribuição de renda determinará essa divergência (SANTOS, 2018, p.22).

Para Santos (2018), a pobreza e o desenvolvimento econômico estão diretamente ligados ao problema da concentração de renda. Essa condição, possibilita identificar variáveis que permitem captar a condição da desigualdade para diferentes categorias da população como, a Curva de Lorenz, o “U-invertido” de Simon Kuznets, além do Índice Gini. Segundo o autor:

(...) O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini e é usado para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (0, 1). O valor zero representa a situação de máxima igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 1 está no extremo oposto, isto é, prevalece a situação de desigualdade total. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% os 20% mais pobres com os 20% mais ricos da população (SANTOS, 2018, p.21).

Segundo Santos (2018), o índice de Gini, é uma ferramenta indispensável para a análise da desigualdade. De forma complementar, o índice de Gini, pode ser calculado pela equação de Brow:

$$G = 1 - \frac{\sum_{k=0}^{K=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)}{2}$$

Em que:

G = coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável "população"

Y = proporção acumulada da variável "renda"

De acordo com Santos (2018), o que caracteriza o Coeficiente de Gini é que ele é uma medida de desigualdade que é calculada com base em uma análise de razão, ao invés de uma simples soma ou média expressiva da sociedade, bem como PIB ou PIB per capita. Isso significa que o Coeficiente de Gini não é influenciado por uma única variável, mas sim pela distribuição de renda como um todo. Além disso, o coeficiente de Gini pode segmentar-se, em diversificadas comparações de distribuições de renda, tais como, por setor, local, gênero e raça. Dessa forma, possibilita-se fazer uma análise mais detalhada da desigualdade de renda em diferentes contextos. No entanto, o coeficiente de Gini apresenta uma limitação importante, pois ele analisa apenas a desigualdade de renda sem levar em conta a desigualdade de oportunidade, tais como, oportunidade de emprego, acesso à educação e acesso a saúde.

É fato que a desigualdade social é um dos problemas mais persistentes e complexos no mundo. No entanto, a desigualdade se manifesta, especialmente em regiões onde o crescimento econômico não é acompanhado por uma distribuição de renda equitativa. A concentração de renda é um dos principais causadores da pobreza. Neste sentido, uma distribuição de renda mais igualitária é o ponto crucial para diminuir as desigualdades sociais. Pois segundo Medeiros (2002), a persistente concentração de renda na economia brasileira é resultado de diversos processos, tais como, movimentos econômicos e políticos contraditórios. O autor ressalta que a oferta de emprego e a expansão do salário-mínimo real são movimentos econômicos cruciais para a redução da pobreza, além de aumentar a renda e o poder de compra dos mais pobres, e conseqüentemente proporciona uma estabilidade na cesta básica.

De acordo com Medeiros (2002), a implementação de redes de proteção e políticas de renda destinada a redução da pobreza, tais como as que se caracterizam como políticas sociais, não podem suprir a necessidade da elevação contínua do salário mínimo real. No entanto, a crescente expansão do setor informal minimizou os efeitos das políticas de transferência voltadas ao emprego com isso “os programas universais (como, por exemplo, a renda de cidadania), ou voltados diretamente aos pobres (Bolsa escola), ou a extensão da cobertura social ao setor informal (como a que ocorreu com a aposentadoria rural) tornam-se centrais” (MEDEIROS, 2002, p.13), ainda sim, a viabilidade de qualquer sistema de política social que visa a redução da desigualdade depende fortemente de três fatores: a expansão da renda per capita, que o aumento da renda média da população que é um fator determinante para viabilidade do sistema; da redução das transferências financeiras como subsídios e benefícios necessários para a sustentabilidade do sistema e do aumento da base tributária do governo a ampliação da base de contribuintes que é essencial para financiar as políticas sociais.

Em conformidade com esse contexto teórico sobre desenvolvimento econômico, crescimento econômico em conjunto com a discussão do subdesenvolvimento, pobreza e concentração de renda entre países, a seguir, vamos apresentar a discussão dos resultados desta pesquisa, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o município de Santarém para os anos de 1991, 2000 e 2010, conforme dos Censos Demográficos do IBGE e cálculos de indicadores da Fapespa/Pará. Lembrando que este indicador é importante para respondermos a pergunta-problema deste trabalho, assim como, responder aos objetivos propostos nesta análise.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o município de Santarém-Pará para o ano de 1991, 2000 e 2010

3.1.1 Introdução ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Um resumo da sua base metodológica

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é um importante indicador estatístico utilizado para medir o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) global, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, o IDHM foi adaptado à realidade municipal brasileira e desenvolvido pela primeira vez no Brasil em parceria entre o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Embora o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) seja uma das principais fontes de dados usadas no cálculo, ele não é o responsável direto pelo cálculo do IDHM⁵.

Em sua metodologia de análise, o IDHM avalia o desenvolvimento humano em três dimensões fundamentais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (escolaridade e anos de estudo) e renda (renda per capita). Os valores do IDHM variam entre de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do município, conforme expõem a tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
0 ----- 0,499	0,500 ----- 0,599	0,600 ---- 0,699	0,700----0,799	0,800-----1

Fonte: PNUD, Ipea, FJP (2013, p.27). Elaboração: Autor (2025).

Para entender essas cinco faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), é importante saber que desde 2013, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP) se uniram para propor uma metodologia de cálculo de um índice desagregado para medir o grau de desenvolvimento dos 5.565 municípios brasileiros, tendo como principal fonte de

⁵ Ver PNUD, Ipea, FJP (2013).

dados o Censo Demográfico do país de 2010, pesquisado e calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o objetivo de adaptar essa metodologia para os Censos anteriores, essas instituições de pesquisa, “recalcularam o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas” (PNUD, Ipea, FJP, 2013, p.27).

Posto isto, o IDHM do Brasil, segue as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, ou seja, possuem três eixos norteadores de análise, são eles: os indicadores de saúde, educação e renda. No entanto, o IDHM é um indicador mais sofisticado, pois vai além desses três eixos principais com a finalidade de se aproximar da realidade vivida pela população brasileira em cada município. É nesta vertente que o IDHM, inclui os seguintes eixos na sua metodologia de cálculo: IDHM Longevidade, IDHM Educação, e IDHM Renda. No rol de cada um desses eixos, propôs-se “mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal” (PNUD, Ipea, FJP, 2013, p.28).

No Quadro 1, temos um resumo da metodologia de cálculo do IDHM pelas instituições de pesquisa PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro. Entender esse foco metodológico é pertinente para realizarmos uma análise mais consistente desses indicadores para o município de Santarém, nosso objeto de estudo, além de interpretarmos as políticas públicas nas áreas da saúde, educação, renda, saneamento básico entre outras implantadas pelos gestores públicos municipais.

Quadro 1: Entendendo o cálculo do IDHM e seus eixos norteadores (dimensões)

COMO FOI CALCULADO O IDHM?	EIXOS NORTEADORES (DIMENSÕES)
<p>O IDHM foi inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, sendo ajustado para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo.</p>	<p>➤ Vida longa e saudável: é a medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidades.</p>
OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:	
<p>➤ Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios;</p> <p>➤ Adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos censos demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de</p>	<p>➤ Acesso ao conhecimento: é medido por meio de dois indicadores: escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. Este tem peso 1.</p> <p>O Fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de</p>

dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros.	5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Este tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importante da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos demográficos do IBGE.
POR QUE O IDHM É IMPORTANTE?	
<ul style="list-style-type: none"> • Porque contrapõem ao PIB: O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita ao crescimento econômico. • Porque sugere comparação entre os municípios: Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo. • Estímulos a Melhorias: O ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria de vida das pessoas em suas ações e decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Padrão de Vida: é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinados municípios. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

Fonte: PNUD, Ipea, FJP (2013, p.27 e 28). Elaboração: Autor (2025).

Antes de apresentar os dados estatísticos referentes ao IDHM municipal, é pertinente que se faça uma breve apresentação do município de Santarém, no que se refere, aos seus aspectos populacionais, de acordo com os dados do IBGE e Fapespa. Neste sentido, o município de Santarém está localizado no Estado do Pará, na região Norte do Brasil, mais precisamente na região de integração do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós e constitui um dos principais centros urbanos da Amazônia brasileira. Com uma economia diversificada, Santarém se destaca como o município polo da região Oeste do Estado, pois atua como referência nas áreas da saúde, educação e economia para outros municípios da região (FAPESPA, 2024).

3.1.2 Breve apresentação dos Indicadores Populacionais do Município de Santarém/Pará

De acordo com as estatísticas do IBGE e produção de indicadores da Fapespa (2024), dispostos na Tabela 2, em 2024, o estado do Pará possuía uma população total estimada de 8.664.306 habitantes. Deste total, 9,70% (840.015 pessoas) residem na Região de Integração do Baixo Amazonas, ocupando uma área territorial de 315.854 km², o que

corresponde a 25,35% da área total do Estado do Pará. No âmbito dos 13 municípios que formam a RI do Baixo Amazonas, Santarém se destaca como o município polo em termos de serviços educacionais, saúde, emprego e renda. Além disso, em seus domínios territoriais possui o maior aporte populacional, ou seja, 357.311 pessoas, o que equivale a 42,45% da população total da região e 4,12% da população do estado do Pará, ou seja, uma densidade demográfica de 19,96 habitantes por km², sendo, portanto, considerada a terceira cidade mais populosa do Estado, atrás apenas da capital Belém e Ananindeua, conforme os dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: População, Área territorial (km²) e Densidade demográfica para os municípios pertencentes a Região de Integração do Baixo Amazonas - 2024

Estado/Municípios	População Estimada Total	%	Área Territorial km ²	Densidade Demográfica
Pará	8.664.306		1.245.871	6,95
RI Baixo Amazonas	840.015	9,70	315.854	2,66
Alenquer	74.836	8,91	23.645	3,16
Almeirim	36.334	4,33	72.955	0,50
Belterra	18.954	2,26	4.398	4,31
Curuá	14.834	1,77	1.431	10,37
Faro	9.125	1,09	11.772	0,78
Juruti	53.952	6,42	8.305	6,50
Mojú dos Campos	25.312	3,01	4.988	5,07
Monte Alegre	63.641	7,58	18.153	3,51
Óbidos	55.271	6,58	28.011	1,97
Oriximiná	72.460	8,63	107.614	0,67
Prainha	38.318	4,56	14.787	2,59
Santarém	357.311	42,54	17.898	19,96
Terra Santa	19.667	2,34	1.896	10,37

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: FAPESPA (Pesquisa Radar de Indicadores das Regiões de Integração, 2024).

O Gráfico 1 mostra a distribuição da população de Santarém/Pará, por faixa etária e sexo, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. De acordo com o IBGE (2010), a análise da distribuição dessa população por faixa etária e sexo revela aspectos importantes sobre a estrutura demográfica local naquele período. Em termos de distribuição por sexo, a população de Santarém apresentava um leve predomínio de mulheres. As mulheres representavam cerca de 50,7% da população, enquanto os homens correspondiam a 49,3%. Essa diferença, embora pequena, reflete uma tendência comum em diversas regiões do Brasil, especialmente nas faixas etárias mais elevadas, devido à maior expectativa de vida das mulheres.

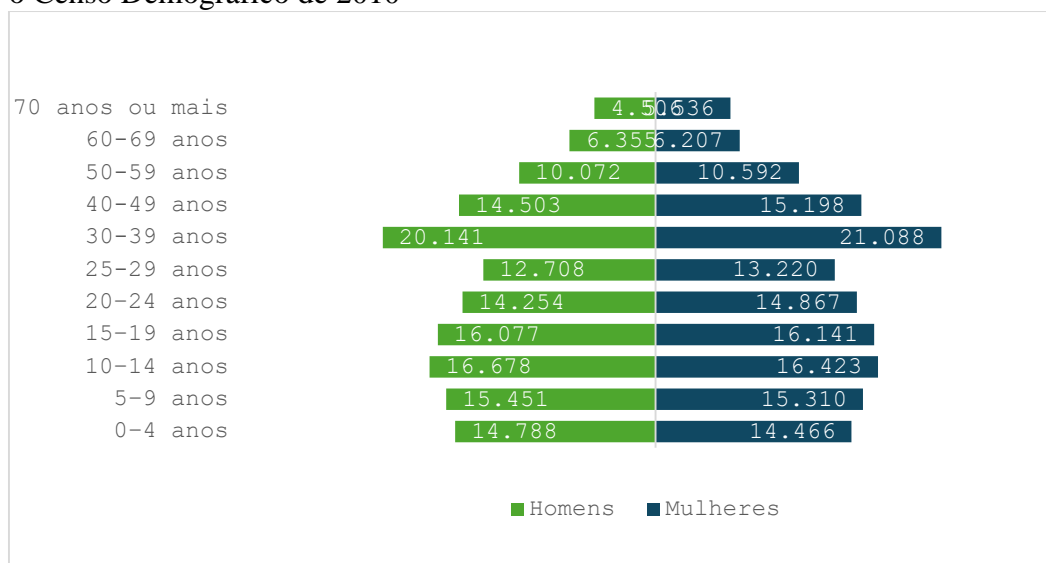
Ao observar a distribuição etária, nota-se que a população de Santarém era predominantemente jovem. A maior concentração de pessoas estava nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 15 a 29 anos, o que caracteriza uma base populacional ampla, típica de uma estrutura etária em processo de transição demográfica. Aproximadamente 30% da população

estava na faixa de 0 a 14 anos, o que indica ainda uma elevada taxa de natalidade à época. Na faixa etária de 15 a 64 anos — considerada a população economicamente ativa — encontrava-se cerca de 63% da população. Esse dado sugere um potencial significativo de força de trabalho, o que representa uma oportunidade para o desenvolvimento econômico local, desde que acompanhado por investimentos em educação, qualificação profissional e mercado de trabalho.

Observando as faixas etárias apresentadas no gráfico 1, a maior concentração de pessoas está situada na faixa etária de 30 a 39 anos para homens (20.141 pessoas) e para as mulheres (21.088 pessoas). A população idosa (com 65 anos ou mais) representava cerca de 7% da população total, indicando que Santarém ainda estava em uma fase inicial do processo de envelhecimento populacional. Apesar disso, o crescimento da população idosa era perceptível e apontava para a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde e à assistência social para essa parcela da população.

Sintetizamos a análise deste indicador que a estrutura demográfica de Santarém em 2010, com uma base jovem e uma participação crescente da população adulta e idosa, refletia tanto os desafios quanto as oportunidades de um município em processo de transformação socioeconômica. O entendimento dessa composição é importante para o planejamento de políticas públicas voltadas à saúde, educação, trabalho e assistência social, de modo a atender às diferentes demandas geradas por cada grupo etário e de gênero.

Gráfico 1: Distribuição da população de Santarém/Pará, por faixa etária e Sexo, de acordo com o Censo Demográfico de 2010

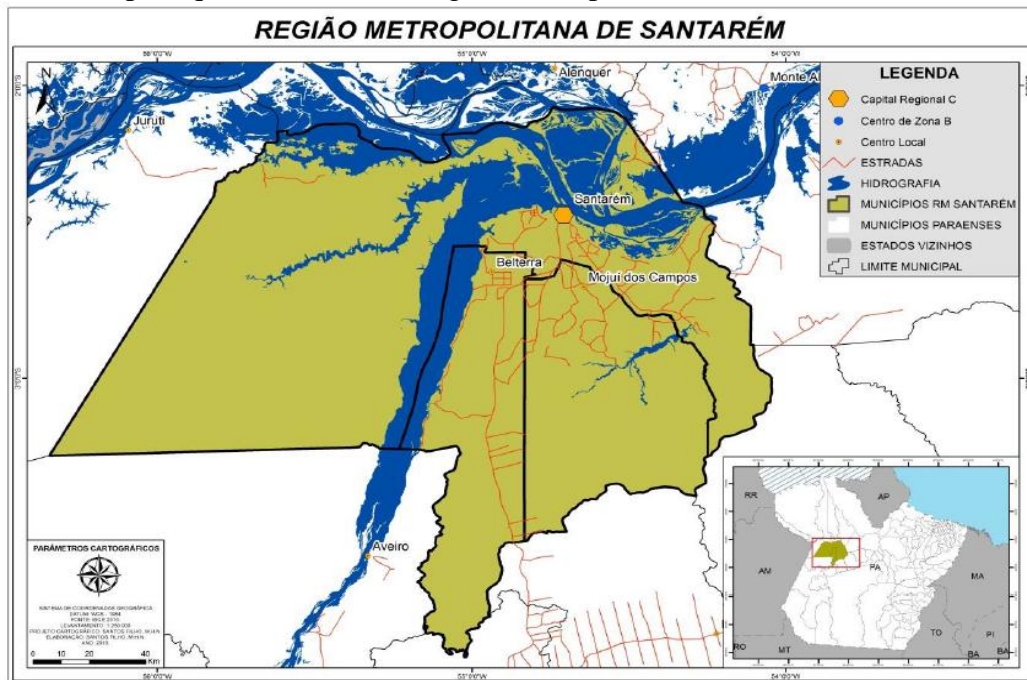


Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: FAPESPA (Pesquisa Radar de Indicadores das Regiões de Integração, 2024).

Acrescenta-se nesta análise que o município de Santarém é líder da Região Metropolitana de Santarém, em parceria com Mojuí dos Campos e Belterra, juntos, agregam

um aporte populacional de 401.577 habitantes, ou seja, 47,80% da população total da RI do Baixo Amazonas e 4,64% da população do Estado do Pará. Essa Região Metropolitana de Santarém foi criada pela Lei Complementar nº 079, de 17 de janeiro de 2012, conforme se observa no Mapa 1.

Mapa 1: Municípios que constituem a Região Metropolitana de Santarém/Pará



Fonte: SEDOP (2017, p.11).

Segundo a SEDOP (2017, p.61), “Santarém é o centro polarizador da Região Oeste do Pará, por oferecer melhor infraestrutura econômica e social, tais como, escolas, hospitais, estradas, portos, aeroportos, comunicação, indústria e comércio, entre outros”. Além disso, a SEDOP (2017) acrescenta que o vetor de serviços do município é o mais desenvolvido da região, pois possui uma localização privilegiada que permite a utilização dos três principais meios de transportes, o hidroviário, rodoviário e o aeroviário. Em função disso, Santarém é o município “que realiza mais intensamente o transporte de mercadorias e pessoas, canalizando, portanto, a maior parte dos fluxos de bens e serviços e recursos financeiros dessa região” (SEDOP, 2017, p.62).

De posse desse entendimento, a seguir, vamos apresentar os dados do IDHM para o município de Santarém/Pará, segundo os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Pretende-se analisar de que forma este índice pode refletir as diferenças existentes no estado do Pará, a partir de uma base de comparação entre o município de Santarém com os demais pertencentes ao Estado.

3.1.3 Breve apresentação do Comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e IDHM – Longevidade para Santarém/Pará no período de 1991, 2000 e 2010

O Quadro 2 nos mostra as estatísticas dos valores do IDHM para os anos de 1991, 2000 e 2010 para o município de Santarém-Pará. Levando-se em consideração as faixas de Desenvolvimento Humano Municipal apresentadas na Tabela 1, podemos analisar que o IDHM de Santarém para todos os anos propostos está situado entre as faixas “muito baixo” (0,337 em 1991 e 0,424 em 2000) e “baixo” em 2010 com o Índice de 0,587. A nível de desagregação deste índice, o IDHM Longevidade é o único que apresenta valores significativos que ultrapassam a barreira das faixas com menores valores. A distribuição dos valores estatísticos deste eixo começa com um valor considerado “baixo”, ou seja, 0,563 em 1991, para um valor “médio” de 0,665 em 2000 e fechando a série com um valor “alto” de 0,774 em 2010.

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM para 1991, 2000 e 2010 no município de Santarém/Pará

IDHM	1991	2000	2010
IDH-M	0,337	0,424	0,587
IDH-M Longevidade	0,563	0,665	0,774
IDH-M Educação	0,143	0,228	0,502
IDH-M Renda	0,474	0,504	0,52

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Elaboração: FAPESPA/SEPLAD.

De acordo com a Pnud, Ipea e FJP (2013), a análise do IDHM Longevidade é essencial para compreender a qualidade de vida da população idosa em diferentes regiões e municípios do país. Este indicador mede a expectativa de vida ao nascer, refletindo as condições de saúde, saneamento, alimentação e bem-estar da população. Para o município de Santarém, que começou a série em 1991 com baixo índice de 0,563, isto nos mostra a ineficiência dos serviços públicos municipais de acesso a saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, alimentação adequada para a população. Quando esses serviços não são efetivados, diminui a média de anos de vida da população, mas também expressa de forma indireta, o quanto o ambiente social e econômico de um município favorece ou limita as oportunidades de uma vida longa e digna combatendo as desigualdades quanto ao acesso dos serviços básicos para a população.

Para qualificar este baixo índice de IDHM de 1991, é pertinente destacar em termos históricos a formação territorial do município de Santarém e a distribuição dos serviços básicos a população nessa série histórica de 1991, 2000 e 2010. Neste contexto, a formação territorial de Santarém está diretamente relacionada “à colonização portuguesa no Brasil e, mais especificamente, na Amazônia. Logo, Santarém ainda exhibe, em seu nome, as marcas dessa colonização, carregando a mesma toponímia de uma antiga cidade portuguesa” (CEDOP, 2017, p.16). Por muito tempo, a Aldeia Tapajós, como era conhecida naquela época, serviu de entreposto comercial no Rio Tapajós e em parte significativa do Baixo Amazonas. Somente em 1758 foi elevada a categoria de Vila com o nome de Santarém. Entender esse processo histórico de formação do território de Santarém é salutar para interpretarmos os baixos valores do seu IDHM, principalmente no início da série em 1991.

Complementando a análise acima, o autor Corrêa (1987) acrescenta que Santarém se tornou um importante centro regional, porque participou diretamente de distintos ciclos econômicos e processos de integração territorial ao longo da história. Entre os principais marcos, destacam-se: a extração da borracha, ocorrida entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

Nas palavras de Rodrigues (2015, p.92), o “boom” da borracha contribuiu para:

(...) o revigoramento econômico e demográfico de algumas cidades (tendo como principais beneficiadas as cidades de Belém e Manaus, e, em menor proporção, Santarém e Óbidos), para a intensificação das relações entre núcleos de povoamento que estavam diretamente inseridos nas dinâmicas de produção da atividade gomífera, para a ampliação do fluxo migratório inter-regional (inclusive com a chegada de migrantes europeus) além de reforço ao sistema de aviação.

Somados a esta fase de expansão da borracha, temos a produção de juta, com expressiva relevância entre as décadas de 1920 e 1960; a atividade garimpeira, notadamente a extração de ouro entre a década de 1950 e o início dos anos 1970; as políticas nacionais de integração da Amazônia, especialmente a partir da construção de grandes rodovias federais entre os anos 1960 e o final da década de 1980; e, por fim, a expansão do agronegócio com o cultivo da soja, iniciado na década de 1990 e ainda em curso nos dias atuais (CORRÊA, 1987; RODRIGUES, 2015).

Essa expansão e transformação do espaço de Santarém a partir da década de 1990, conforme observa Rodrigues (2015, p.22) “articulam-se às reconfigurações das estruturas urbanas, entendidas como expressão das dinâmicas de valorização e reprodução do capital nos territórios urbanos”. Tais mudanças decorrem, por um lado, das condições gerais de realização do capital nessas localidades e, por outro, das implicações estruturais advindas da atuação do capital na produção socialmente desigual do espaço urbano construído. Logo, essa expansão

territorial não veio acompanhada de uma distribuição igualitária da produção gerada no município, e nem por políticas públicas de saúde, educação e distribuição de renda equitativas, mas por uma desigualdade na distribuição dos recursos, sendo, portanto, refletidos nos índices estatísticos do IDHM apresentados no Quadro 2.

No Quadro 3, é possível observar, o ranking dos maiores IDHM dos municípios do Estado do Pará, de acordo com o Censo Demográfico de 1991. Vemos que Santarém ocupa a 21ª posição neste ranking, com valor do IDHM de 0,557, considerado “baixo” quando comparado, por exemplo, com o de Belém, a capital do Estado, que começou esta série com IDHM de valor “alto” de 0,796, seguida dos municípios, Ourilândia do Norte, Ananindeua, Senador José Porfírio, Almeirim, Barcarena, Xinguara, Castanhal e Parauapebas com valor de IDHM considerados “médios” de: 0,694; 0,657; 0,651; 0,632; 0,631; 0,622; 0,609 e 0,601, respectivamente.

Quadro 3: Ranking dos maiores IDHM dos municípios do Estado do Pará, de acordo com o Censo demográfico de 1991

Municípios Paraenses	IDHM - 1991	Ranking
Belém	0,796	1ª
Ourilândia do Norte	0,694	2ª
Ananindeua	0,657	3ª
Senador José Porfírio	0,651	4ª
Almeirim	0,632	5ª
Barcarena	0,631	6ª
Xinguara	0,622	7ª
Castanhal	0,609	8ª
Parauapebas	0,601	9ª
Altamira	0,584	10ª
Itaituba	0,58	11ª
Santa Isabel do Pará	0,569	12ª
Soure	0,565	13ª
Marabá	0,563	14ª
Tailândia	0,562	15ª
Santa Maria das Barreiras	0,562	16ª
Tucumã	0,56	17ª
Oriximiná	0,56	18ª
Rondon do Pará	0,56	19ª
Redenção	0,559	20ª
Santarém	0,557	21ª

Fonte: IPEADATA (1991). Elaboração: Autor (2025).

Resgatando as informações do IDHM apresentados no Quadro 2, o índice do IDHM-Educação foi o mais baixo entre as três dimensões estudadas. Isto se deve aos índices “muito baixo” de 0,143 em 1991, seguido de 0,228 em 2000, e saltando para a categoria de

“baixo” na ordem de 0,502 em 2010. Em um cenário melhor se encontra o IDH-M Renda que começou a série na categoria “muito baixo” com índice igual a 0,474, na década seguinte, salta para 0,504 considerado um índice “baixo” e fecha a série em 2010 na mesma categoria, com um índice estatístico igual a 0,520.

No entanto, a mera apresentação desses dados não mostra a verdadeira realidade da população de Santarém. É necessário ir além desses valores estatísticos para interpretar esses baixos índices de desenvolvimento humano do município. Neste sentido, nos apropriamos de dados estatísticos dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE e das estatísticas publicadas no site da Fapespa/Pará, referentes às informações sobre a Longevidade, Educação e Renda.

Começamos com os indicadores que caracterizam o IDH-M Longevidade, aquele que mede a expectativa de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que uma pessoa nascida no município de Santarém viveria a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidades (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Duarte e Cavalcanti (2016, p.125) acrescentam que para a avaliação desta dimensão Longevidade, é necessário que se entenda que ele sintetiza as condições de saúde e salubridade do município, ou seja, todas as causas de morte são contempladas para chegar a este indicador, tanto aquelas ocorridas em função de doenças quanto às provocadas por causas externas, como violências, acidentes e outros. Isto nos mostra que quanto mais mortes houver nas faixas iniciais da vida, menor tende a ser a expectativa de vida observada no local.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Longevidade Mag⁶ (2023) aponta que o município de Santarém não está preparado para a longevidade da sua população, pois no *ranking* de 300 grandes cidades brasileiras analisada nesta pesquisa, o nosso município ocupa a posição de 241, isto é, a nossa população não está preparada para maiores expectativas de vida no futuro. Este indicador leva em consideração os cuidados com a saúde, bem-estar, finanças, habitação, educação, trabalho e cultura. Dados semelhantes a este indicador são observados nos índices do IDHM- Longevidade do município para os anos de 1991, 2000 e 2010, tais como, vistos anteriormente.

⁶ “O IDL – Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade – é um projeto do Instituto de Longevidade. Com este índice, são reveladas as atuais condições de todas as cidades brasileiras, tendo em vista sua capacidade de atender às necessidades básicas de vida e oferecer bem-estar, destacadamente a dos adultos mais idosos. A composição geral dos rankings do IDL 2023 é baseada em três variáveis: economia, socioambiental e saúde. Em cada variável, 23 indicadores são analisados. Este Instituto tem como objetivo calcular o IDL que sirva como subsídio para os gestores públicos municipais planejem políticas públicas mais alinhadas às reais necessidades dos idosos, proporcionando assim, informações para que os cidadãos conheçam as reais condições dos seus municípios no que se refere ao envelhecimento ativo” (IDL MAG, 2023, p.5-6).

Registra-se que as piores notas do município foram computadas no indicador de saúde, com baixo número de atendimentos psicológicos e reabilitações. Este indicador considera que para garantir a saúde, não é necessário apenas ter acesso aos cuidados de saúde, mas a qualidade e a forma dos serviços prestados. Além desses dados, o IDL (2023) para Santarém mostra a importância dos indicadores relacionados a habitação e a qualidade de vida dos indivíduos, sobretudo dos mais idosos, pois vai muito além de prevenir quedas e esforços desnecessários.

Corroborando com essa análise, os dados da Tabela 3 mostram a taxa de natalidade e percentual de nascidos vivos para os anos de 2010 a 2021. A interpretação desses dados é importante para que um gestor público possa planejar políticas públicas de investimentos em infraestrutura para a infância, como creches, escolas, unidades de saúde materno-infantil e programas de assistência social, além de prever demandas futuras por educação básica, habitação e emprego.

Neste sentido, os dados nos mostram que, em Santarém, a taxa de natalidade apresentou uma tendência de queda nos últimos anos, passando de 22,67 nascimentos por mil habitantes em 2010 para 19,6 nascimentos por mil habitantes em 2022. Esta redução na taxa de natalidade pode sinalizar carência de assistência médica adequada no município, riscos ambientais ou socioeconômicos e fragilidades no acompanhamento da gestante. Em termos de planejamento de serviços materno-infantis, a queda na taxa de natalidade implica menos nascimento por ano, o que pode sinalizar mudanças na demanda por creches e pré-escolas, mas também reflete tendências como aumento da escolaridade feminina e menor fecundidade regional. Por outro ângulo, a taxa de mortalidade também apresentou uma tendência de queda nos últimos 12 anos, passando de 18,27 óbitos por mil habitantes em 2010 para 16,29 óbitos por mil habitantes em 2022.

Tabela 3: Taxa de Natalidade e Percentual de Nascidos Vivos no município de Santarém/Pará no período de 2010 a 2021

Anos	Taxa/ mortalidade infantil	Taxa/ natalidade
2010	18,27	22,67
2011	15,93	22,83
2012	18,65	21,67
2013	15,22	21,86
2014	14,4	22,7
2015	15,39	23
2016	15,41	22,02
2017	18,15	22,87
2018	21,78	22
2019	18,32	21,84
2020	17,15	21,19

2021	15.01	22.22
2022	16.29	19.6

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Fapespa.

Os dados da Tabela 4 complementam os da Tabela 3 quando desagregam a taxa de mortalidade por gênero populacional. Sendo assim, a taxa de mortalidade total em Santarém apresentou um aumento significativo entre 2010 e 2021, passando de 4,03 óbitos por mil habitantes para 7,34 óbitos por mil habitantes. Observou-se que a taxa de mortalidade masculina é ligeiramente superior à taxa de mortalidade feminina nos dois períodos. Em 2010, no total de 1.188 óbitos a taxa de mortalidade masculina foi de 60%, enquanto a taxa de mortalidade feminina foi de 40%. Em 2021, no total de 2.417 óbitos, a taxa de mortalidade masculina foi de 58%, enquanto a taxa de mortalidade feminina foi de 42%.

Tabela 4: Taxa de mortalidade total, e por sexo, no município de Santarém-Pará, taxa de variação no período de 2010-2021

Anos	Total de Óbitos	Taxa de Mortalidade Geral	% Morte por Sexo		
			Masculino	Feminino	Ignorado
2010	1.188	4,03	60%	40%	0%
2021	2.417	7,34	58%	42%	0%

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Fapespa.

Os dados da Tabela 5 mostra a faixa etária por quantidade de óbitos no período de 2010 a 2021 para o município de Santarém/Pará. Os dados revelam que a maioria dos óbitos ocorreram em pessoas com mais de 60 a 80 anos. Em 2010, 55% dos óbitos ocorreram nessa faixa etária. A segunda faixa etária com maior número de óbitos foi a de 30 a 59 anos, com 24% dos óbitos. E, 21% dos óbitos ocorreram entre a faixa etária de menos de 1 ano a 29 anos. Para o ano de 2021, 65% dos óbitos ocorreram na faixa etária de 60 a 80 anos. A segunda faixa etária com maior número de óbitos foi a de 30 a 59 anos, com 25% dos óbitos. E 10% dos óbitos ocorreram entre a faixa etária de menos de 1 ano a 29 anos. Esses dados sugerem que a população de Santarém está envelhecendo e que as políticas de saúde devem ser direcionadas para atender às necessidades dessa faixa etária.

Tabela 5: Faixa etária por quantidade de óbitos de 2010-2021 no município de Santarém-Pará

Faixa Etária	Ano 2010	Ano 2021
Menor de 1 ano	122	103
1 a 4 anos	17	13
5 a 9 anos	8	10
10 a 14 anos	12	13
15 a 19 anos	22	31
20 a 29 anos	66	75
30 a 39 anos	62	114
40 a 49 anos	98	185

50 a 59 anos	126	288
60 a 69 anos	174	431
70 a 79 anos	244	549
80 anos e mais	232	601
Ignorado	5	4
TOTAL	1188	2417

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Autor (2025).

A análise dos dados sobre os estabelecimentos de saúde no município de Santarém, no estado do Pará, nos anos de 2010 e 2021, contidos na Tabela 6, nos permite avaliar a evolução da infraestrutura de serviços de saúde em Santarém, destacando avanços quantitativos significativos na oferta de unidades assistenciais e de apoio diagnóstico. Em 2010, Santarém contava com 190 estabelecimentos de saúde, número que evoluiu para 341 em 2021, o que representa um crescimento de aproximadamente 79% ao longo do período. Este avanço quantitativo reflete investimentos na ampliação da rede municipal de saúde e na diversificação dos serviços ofertados à população. Entre os tipos de estabelecimentos que mais cresceram, destacam-se as clínicas e ambulatórios especializados, que passaram de 36 unidades em 2010 para 118 em 2021, indicando uma intensificação da atenção especializada no município. Esse crescimento pode estar associado tanto à expansão da rede privada quanto à ampliação da rede conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

As unidades básicas de saúde (UBS), componentes essenciais da atenção primária à saúde, também apresentaram incremento significativo, passando de 41 unidades em 2010 para 70 em 2021, um aumento de 58,57% em 11 anos. Tal expansão é coerente com a diretriz de fortalecimento da atenção básica, visando garantir maior cobertura e acesso aos serviços preventivos, especialmente em regiões periféricas e comunidades ribeirinhas. Por outro lado, observa-se uma redução expressiva no número de postos de saúde, de 35 para apenas 4 unidades no período analisado. Esse decréscimo pode indicar uma reclassificação e reestruturação dos serviços, substituindo os antigos postos por unidades mais completas, como as UBSs, em conformidade com os novos padrões de organização da atenção básica definidos pelo Ministério da Saúde.

Os consultórios isolados aumentaram de 28 para 73, um aumento acima de 160% de 2010 a 2021, o que pode ser interpretado como um fortalecimento da atuação de profissionais liberais e clínicas privadas, ampliando a diversidade da oferta em saúde fora da rede pública. Da mesma forma, o número de unidades de apoio ao diagnóstico e terapia aumentou de 25 para 34, um aumento de 36%, refletindo maior capacidade técnica de exames e tratamentos complementares. A presença de unidades móveis fluviais e terrestres — estruturas relevantes

para o contexto amazônico — manteve-se relativamente estável, com duas unidades fluviais e pequena variação nas terrestres (de 2 para 1), revelando que o desafio do acesso a comunidades isoladas permanece.

Cabe destacar, ainda, a queda no número de hospitais gerais, que passaram de 9 para 6, o que pode estar relacionado à concentração de atendimentos em unidades de maior porte e à regionalização da atenção hospitalar. Por sua vez, a quantidade de policlínicas, hospitais especializados e prontos-socorros manteve-se constante ou com leves oscilações, sugerindo estabilidade nos serviços de média e alta complexidade. O crescimento da categoria "outros" (de 3 para 18) pode indicar a incorporação de novos tipos de serviços e instituições não enquadrados nas classificações tradicionais, refletindo a diversificação e complexidade da rede de saúde local.

Tabela 6: Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS no período de 2010-2021 no município de Santarém/Pará

Estabelecimento	Ano 2010	Ano 2021
Centro de Saúde/unidade básica de Saúde	41	70
Central de regulação de serviços de Saúde		
Cooperativa	1	
Clínica/ambulatório especializado	36	118
Consultório isolado	28	73
Farmácia		2
Hospital especializado		1
Hospital geral	9	6
Hospital dia		
Policlínica	4	4
Posto de Saúde	35	4
Pronto socorro especializado		1
Secretaria de Saúde	2	2
Unid. móvel de nível pré-hosp. Urgência/emergência	2	4
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	25	34
Unidade de Vigilância em Saúde		1
Unidade móvel fluvial	2	2
Unidade móvel terrestre	2	1
Outros	3	18
Total	190	341

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Autor (2025).

Podemos concluir a análise da Tabela 6 que, entre 2010 e 2021, o município de Santarém apresentou avanços importantes na infraestrutura dos serviços de saúde, com ampliação significativa dos estabelecimentos, especialmente nas áreas de atenção primária e especializada. Esse processo está em consonância com os princípios do SUS, que preveem a

universalização do acesso e a descentralização dos serviços. Entretanto, apesar da expansão da rede, é necessário considerar a qualidade dos serviços prestados, a distribuição territorial dos estabelecimentos e a efetiva cobertura das populações vulneráveis, sobretudo nas áreas rurais e ribeirinhas. A ampliação quantitativa deve, portanto, ser acompanhada por ações voltadas à qualificação da atenção, à formação de recursos humanos e ao fortalecimento da gestão municipal da saúde.

Outro indicador da área da saúde que merece destaque no contexto do IDHM Longevidade, é a quantidade de Médicos e Profissionais de Ensino Superior no município de Santarém no período de 2010 a 2021 que estão dispostos na Tabela 7.

Tabela 7: Médicos e Profissionais de Ensino Superior no município de Santarém no período de 2010 a 2021

Anos	Médicos	População	Número de médicos por mil habitantes
2010	159	294.580	0,5
2011	103	297.039	0,3
2012	99	284.401	0,3
2013	118	288.462	0,4
2014	165	290.521	0,5
2015	198	292.520	0,6
2016	212	296.302	0,7
2017	205	296.302	0,6
2018	239	302.667	0,7
2019	248	304.589	0,8
2020	262	306.480	0,8
2021	260	308.339	0,8
2022	321	331.942	0,9

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Autor (2025).

Os dados da Tabela 7 traz informações sobre o número de médicos, população residente e à razão de médicos por mil habitantes no município de Santarém, estado do Pará, no intervalo de 2010 a 2022. Eles revelam importantes transformações na oferta de profissionais da saúde em relação ao crescimento populacional local. Tais indicadores são relevantes para a compreensão da capacidade instalada do sistema de saúde e para o planejamento de políticas públicas voltadas à ampliação e à qualificação do acesso aos serviços médicos.

Observa-se que, em 2010, o município contava com 159 médicos para uma população de 294.580 habitantes, resultando em uma razão de 0,5 médicos por mil habitantes. Nos dois anos seguintes, observou-se uma redução no número absoluto de médicos (103 em 2011 e 99 em 2012), ao mesmo tempo em que a população apresentou variações modestas. Essa

redução fez com que a razão de médicos por mil habitantes caísse para 0,3 nos referidos anos, evidenciando um momento de déficit na cobertura médica per capita.

A partir de 2013, verifica-se uma recuperação gradual e consistente no número de médicos atuantes no município. Em 2014, o total de médicos atingiu 165, elevando a razão para 0,5. Em 2016, Santarém alcançou 212 médicos, o que resultou em uma cobertura de 0,7 médicos por mil habitantes. Essa tendência positiva manteve-se nos anos seguintes, com destaque para 2018, 2019 e 2020, cujos indicadores permaneceram entre 0,7 e 0,8 médicos por mil habitantes, demonstrando um fortalecimento da capacidade de atendimento médico.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 7, em 2022, o município registrou o maior número de médicos do período analisado, totalizando 321 profissionais para uma população de 331.942 habitantes. A razão de médicos por mil habitantes atingiu, então, 0,9. Isso representa um crescimento de 102% no número de médicos em relação a 2010, enquanto a população cresceu aproximadamente 12,7% no mesmo intervalo. Tal disparidade entre o crescimento da força de trabalho médica e o aumento populacional indica uma ampliação efetiva da cobertura médica no município, embora ainda aquém da média nacional, que é de aproximadamente 2,4 médicos por mil habitantes, segundo dados do Conselho Federal de Medicina (2022).

A evolução observada pode estar associada à implementação de políticas públicas federais de interiorização da saúde, como o programa Mais Médicos, além da expansão do ensino superior na área da saúde na região, notadamente com a criação do curso de Medicina da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ressalte-se, no entanto, que a análise agregada dos dados não contempla as disparidades intraurbanas e rurais existentes no município, sobretudo nas áreas ribeirinhas e de difícil acesso, onde o déficit de profissionais de saúde persiste como desafio estrutural.

Portanto, a trajetória de crescimento da razão de médicos por mil habitantes em Santarém entre 2010 e 2022 evidencia avanços na cobertura de serviços médicos, refletindo melhorias na estrutura de saúde municipal. Contudo, a consolidação de uma política de saúde equânime requer, além do aumento quantitativo de profissionais, a garantia de sua distribuição territorial adequada e da qualidade da atenção prestada à população, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

Finalizando a análise dos principais indicadores da área da saúde que tem relação direta com o IDHM Longevidade, temos a análise da oferta de leitos em estabelecimentos de saúde que constitui um dos principais indicadores da capacidade instalada de atendimento do

sistema de saúde de um território. No caso do município de Santarém, estado do Pará, observa-se, entre os anos de 2010 e 2021, uma expansão significativa do número total de leitos, refletindo esforços institucionais voltados à ampliação da assistência hospitalar, ambulatorial e de urgência, tal como, observamos na Tabela 8.

Tabela 8: Variação do número de leitos no município de Santarém no período de 2010-2021

Leitos	Ano 2010	Ano 2021
Número de Leitos - Hospitalares	585	723
Número de Leitos - Ambulatórios	42	21
Número de Leitos - Urgência	39	120
Total de leitos	646	864
Leitos/ Mil Habitantes	2,33	2,8
Total de leitos	1.312	1.728

Fonte: DATASUS/MS/ FAPESPA/SEPLAD. Elaboração: Autor (2025).

Em 2010, o município dispunha de um total de 1.312 leitos, dos quais 585 eram hospitalares, 42 ambulatoriais e 39 de urgência, além de 646 classificados como leitos assistenciais em estabelecimentos de saúde. Em 2021, esse total elevou-se para 1.728 leitos, uma variação correspondente a 75,92% em 11 anos, com 723 hospitalares, 21 ambulatoriais e 120 de urgência, enquanto o número total de leitos assistenciais somou 864 unidades. O número de leitos hospitalares cresceu 25,59%, passando de 585 para 723 unidades. Esse crescimento está diretamente relacionado à ampliação da capacidade dos hospitais existentes e à possível incorporação de novos serviços à rede pública e privada de saúde. Já os leitos ambulatoriais apresentaram uma redução expressiva de 50%, caindo de 42 para 21 unidades, o que pode indicar reestruturações nos serviços ambulatoriais e maior priorização da internação hospitalar.

O dado mais expressivo diz respeito à quantidade de leitos de urgência, que triplicou no período, passando de 39 unidades em 2010 para 120 em 2021 — um aumento de 207%. Este acréscimo é especialmente relevante, pois indica uma resposta institucional às crescentes demandas por atendimentos emergenciais, sobretudo no contexto do crescimento populacional e da ampliação da cobertura da atenção básica, que tende a encaminhar casos mais graves para as unidades de urgência e emergência. Em suma, o indicador de leitos por mil habitantes também apresentou melhoria no período: passou de 2,33 leitos/mil habitantes em 2010 para 2,8 leitos/mil habitantes em 2021. Essa elevação demonstra uma expansão proporcional da oferta de leitos superior ao crescimento demográfico do município, o que contribui para a redução da sobrecarga nos serviços e melhora potencialmente os tempos de espera por internações.

Conclui-se, portanto, que os dados apresentados na Tabela 7, revelam que o município de Santarém experimentou uma melhora quantitativa significativa na oferta de leitos

de saúde entre 2010 e 2021, com destaque para os leitos hospitalares e de urgência. A redução dos leitos ambulatoriais, no entanto, deve ser analisada com cautela, uma vez que pode indicar um deslocamento das demandas ambulatoriais para outros formatos de atenção ou, alternativamente, uma limitação na capacidade de atendimento fora do regime de internação.

Ainda que a taxa de leitos por mil habitantes tenha se elevado, aproximando-se das recomendações internacionais (em torno de 3 leitos por mil habitantes, segundo a OMS), é necessário considerar a qualidade e distribuição territorial dos leitos, especialmente em um município com grande extensão territorial e comunidades de difícil acesso. Além disso, a ampliação de leitos deve ser acompanhada por investimentos em recursos humanos, insumos hospitalares e gestão eficiente, a fim de garantir o pleno funcionamento dos serviços e a resolutividade do sistema de saúde local.

Com o objetivo de complementar a análise dos indicadores sociais que tem relação direta com o IDHM – Longevidade, é pertinente apresentarmos dados sobre habitação, ou seja, os relacionados ao acesso de serviços públicos aos domicílios da população: acesso a água potável, coleta de lixo adequada e esgotamento sanitário. Segundo o IBGE (2022), o estudo dos dados sobre habitação, em especial aqueles relacionados ao acesso da população a serviços públicos fundamentais, constitui um instrumento estratégico para o planejamento urbano, a formulação de políticas públicas e a promoção da equidade social. Tais indicadores revelam não apenas as condições materiais de moradia da população, mas também os níveis de qualidade de vida, vulnerabilidade socioambiental e justiça espacial nos territórios urbanos e rurais.

Sendo assim, o primeiro indicador a ser analisado será o esgotamento sanitário, que por sua vez, é um dos principais indicadores da infraestrutura urbana. A ausência de redes de esgoto ou o uso de sistemas rudimentares de disposição de dejetos (como fossas rudimentares ou lançamento in natura em corpos hídricos) compromete seriamente a saúde pública e a qualidade ambiental. A análise sistemática desses dados permite avaliar desigualdades territoriais e promover políticas de saneamento básico, alinhadas aos princípios da universalização, da integralidade e do controle social, conforme estabelecido pelo marco legal do saneamento básico no Brasil (Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020), é o que reforça o IBGE (2022).

A Tabela 9 apresenta a evolução dos domicílios particulares permanentes no município de Santarém, Estado do Pará, segundo a existência de banheiro ou sanitário e o tipo de esgotamento sanitário, nos anos de 1991, 2000 e 2010. Observa-se um crescimento significativo no número total de domicílios no período analisado, passando de 49.065, em 1991,

para 70.015, em 2010, o que representa um aumento de aproximadamente 42,7% em duas décadas. Esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado por uma expansão proporcional da rede geral de esgotamento sanitário. Em 1991, não há registros de domicílios conectados à rede geral, e apenas em 2000 aparecem 280 unidades com esse tipo de esgotamento, número ainda muito reduzido diante do total de domicílios. Em 2010, mesmo com a elevação para 1.389 domicílios conectados à rede geral, esse valor representava apenas cerca de 2% do total.

No mesmo período, a utilização de fossas sépticas apresentou crescimento expressivo, passando de 14.394 em 1991 para 26.823 em 2010. Esse avanço sugere uma leve melhoria nas condições sanitárias, mas ainda indica que uma grande parte da população permanece sem acesso à infraestrutura de esgoto adequada. A categoria “Outro” — que inclui fossas rudimentares, valas, lançamentos em rios, lagos ou diretamente no solo — continua sendo a mais recorrente, com 41.057 domicílios em 2010, o que equivale a cerca de 58,6% do total. Tal situação evidencia a precariedade do sistema de esgotamento sanitário local, com sérias implicações ambientais e sanitárias. Adicionalmente, o número de domicílios sem qualquer forma de esgotamento também diminuiu consideravelmente, de 2.983 em 1991 para apenas 745 em 2010, sinalizando um avanço relevante, embora ainda insuficiente diante dos desafios históricos da região, tal como mostra a Tabela 9.

Tabela 9: Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário no período de 1991/2000/2010

Ano	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	Não tinha
1991	49.065	-	14.394	31.688	2.983
2000	53.334	280	15.382	35.997	1.675
2010	70.015	1.389	26.823	41.057	745

Fonte: FAPESPA/ Censo Demográfico 1991/2000/2010. Elaboração: Autor (2025).

Em síntese, apesar de alguns avanços, os dados apontam para a persistência de sérias desigualdades no acesso ao saneamento básico em Santarém. A predominância de soluções alternativas e precárias, como o uso de fossas rudimentares ou descarte direto no meio ambiente, reflete a ausência de políticas públicas efetivas e investimentos estruturais duradouros, fundamentais para garantir o direito à moradia digna e à saúde da população urbana e rural do município.

O segundo indicador se refere aos domicílios particulares permanentes que possuem ou não abastecimento de água em suas residências. O acesso à água potável é um direito fundamental e um indicador central das condições de vida e saúde da população. A

Tabela 10 apresenta a evolução das formas de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes do município de Santarém, no estado do Pará, com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2010, observa-se um aumento considerável no número total de domicílios, que passou de 48.771 para 70.015, refletindo o crescimento populacional e a expansão urbana do município. No entanto, esse crescimento nem sempre foi acompanhado pela universalização do acesso à rede pública de distribuição de água. Em 1991, apenas 55,3% dos domicílios estavam conectados à rede geral; esse percentual aumentou para 60,8% em 2000 e para 59,1% em 2010, o que indica uma relativa estagnação na cobertura da rede pública no início do século XXI.

Em contrapartida, nota-se uma leve oscilação na quantidade de domicílios que utilizavam poço ou nascente na própria propriedade: de 14.796 em 1991 para 11.077 em 2000, com uma posterior elevação para 14.408 em 2010. Essa retomada pode estar relacionada à precariedade ou à irregularidade do serviço público, levando muitas famílias a recorrerem novamente a fontes alternativas, especialmente nas áreas periféricas e rurais do município.

A categoria “outra forma de abastecimento” — que engloba o transporte por carro-pipa, captação de água da chuva, entre outros meios — apresentou um crescimento significativo no período analisado, passando de 6.987 domicílios em 1991 para 14.246 em 2010, mais que dobrando em duas décadas. Este dado revela a insuficiência da infraestrutura urbana para garantir o abastecimento regular e seguro de água potável para toda a população santarena, tal como se observa na Tabela 10.

Tabela 10: Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água no período de 1991/2000/2010

Ano	Total	Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
1991	48.771	26.988	14.796	6.987
2000	53.334	32.412	11.077	9.845
2010	70.015	41.361	14.408	14.246

Fonte: FAPESPA/ Censo Demográfico 1991/2000/2010. Elaboração: Autor (2025).

A análise demonstra, portanto, que, apesar de avanços pontuais, o acesso à água em Santarém ainda é marcado por desigualdades e soluções alternativas que, muitas vezes, comprometem a qualidade da água consumida. A persistência da dependência de fontes informais e a estagnação da expansão da rede pública reforçam a necessidade de investimentos

estruturantes e de políticas públicas eficazes voltadas à universalização do saneamento básico no município.

E, por fim, o indicador relacionado à coleta de lixo nos domicílios em Santarém. Este mostra que a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos é um componente essencial da política de saneamento básico e relevante para a qualidade ambiental e da efetividade da infraestrutura urbana. A Tabela 11 apresenta a evolução do destino do lixo nos domicílios particulares permanentes de Santarém (PA) nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os dados revelam um avanço significativo na cobertura dos serviços públicos de coleta de lixo ao longo das duas décadas. Em 1991, apenas 497 domicílios (menos de 1% do total) contavam com coleta direta pelo serviço de limpeza urbana. Já em 2000, esse número saltou para 27.086 domicílios, representando cerca de 33,4% do total, e em 2010, alcançou 49.900 domicílios, ou aproximadamente 40,6% da população residente. Este crescimento evidencia um esforço de expansão da cobertura municipal, embora o percentual ainda esteja aquém da universalização do serviço.

O número de domicílios que utilizavam caçambas da limpeza urbana também aumentou gradualmente, embora ainda representasse uma parcela menor: de 10.293 domicílios em 1991 para 3.067 em 2010. A redução da utilização dessa forma de descarte pode refletir a incorporação desses domicílios ao serviço de coleta direta, com a modernização da logística urbana. A categoria “Outro” — que inclui formas alternativas e muitas vezes inadequadas de descarte, como queima, enterramento ou descarte em terrenos baldios ou corpos d’água — apresentou uma queda significativa, passando de 37.981 domicílios em 1991 para 17.048 em 2010, o que representa uma redução de cerca de 55%. Ainda assim, o dado é alarmante: mais de 17 mil domicílios descartavam seu lixo de forma irregular em 2010, o que evidencia a fragilidade do sistema de coleta em áreas periféricas e rurais, tal como se observa os dados contidos na Tabela 11.

Tabela 11: Domicílios Particulares Permanentes, por Destino do Lixo no período de 1991/2000/2010

Ano	Total	Diretamente por Serviço de Limpeza	Em Caçamba de Serviço de Limpeza	Outro
1991	59.561	497	10.293	37.981
2000	81.124	27.086	704	25.544
2010	122.982	49.900	3.067	17.048

Fonte: FAPESPA/ Censo Demográfico 1991/2000/2010. Elaboração: Autor (2025).

Conclui-se que o saneamento básico é um direito social fundamental e um dos pilares estruturantes para o desenvolvimento humano, conforme definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e incorporado à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No caso do município de Santarém, os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, compilados pela FAPESPA, revelam importantes transformações no acesso da população a serviços essenciais como abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, embora persistam graves desigualdades socioespaciais. A análise dos dados evidencia que, embora tenham ocorrido avanços quantitativos nos serviços de saneamento básico em Santarém entre 1991 e 2010, os desafios permanecem, principalmente no que se refere à universalização do acesso, qualidade dos serviços e desigualdade territorial. A expansão populacional não foi acompanhada por investimentos proporcionais em infraestrutura básica, resultando em um cenário marcado pela precariedade sanitária, sobretudo nas áreas mais pobres e periféricas do município.

A persistência da dependência de soluções alternativas e precárias — tanto para o descarte de esgoto quanto para o acesso à água e à coleta de resíduos — sinaliza a urgência de políticas públicas integradas, com foco no planejamento territorial, na equidade social e na sustentabilidade ambiental. A ampliação dos investimentos públicos em saneamento, aliada à governança participativa e ao monitoramento constante dos indicadores, é fundamental para romper com o ciclo da desigualdade e promover o direito à cidade e à dignidade para toda a população santarena.

3.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Educação para Santarém no período de 1991, 2000 e 2010

Na sequência, vamos analisar as variáveis que tem relação direta com o IDHM Educação para o município de Santarém. De acordo com os dados do Quadro 2, este indicador foi categorizado na faixa de “muito baixo” valor em 1991 (0,143), subindo uma categoria para “baixo” em 2000 (0,228) e “médio” em 2010 (0,502). Sabemos que o IDHM Educação tem por objetivo mensurar o nível de desenvolvimento educacional de um município, oferecendo subsídios fundamentais para o diagnóstico de desigualdades e o planejamento de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar social.

De acordo com o Pnud, Ipea e FJP (2023), a utilidade do IDHM Educação para um município está relacionada a diferentes dimensões do desenvolvimento local: em primeiro lugar, o planejamento e gestão de políticas educacionais, pois o índice permite identificar

carências específicas da população, como o atraso escolar, a evasão, a baixa escolaridade de adultos ou a insuficiência de cobertura da educação infantil e do ensino médio. A partir disso, gestores municipais podem direcionar recursos, reformular estratégias pedagógicas e ampliar a rede de ensino de forma mais eficiente e equitativa.

As instituições de pesquisa Pnud, Ipea e FJP (2023), mencionam também o monitoramento da equidade social, isto é, o IDHM Educação é sensível às disparidades entre diferentes grupos populacionais e regiões intraurbanas ou rurais. Assim, sua análise contribui para revelar desigualdades históricas de acesso e permanência na escola, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, étnico-racial e territorial. Além disso, temos a atração de investimentos e cooperação institucional, ou seja, os municípios com bons indicadores educacionais tendem a atrair mais investimentos públicos e privados, além de terem maiores chances de acesso a programas federais e estaduais voltados à educação, inovação e qualificação profissional. E, por fim, temos a relação com os demais componentes do IDHM, por exemplo, o IDHM Educação está diretamente correlacionado com a renda e a longevidade, uma vez que maior escolaridade está associada a melhores condições de inserção no mercado de trabalho e a comportamentos de vida mais saudáveis. Portanto, melhorias nesse indicador tendem a promover ganhos sistêmicos no desenvolvimento humano municipal.

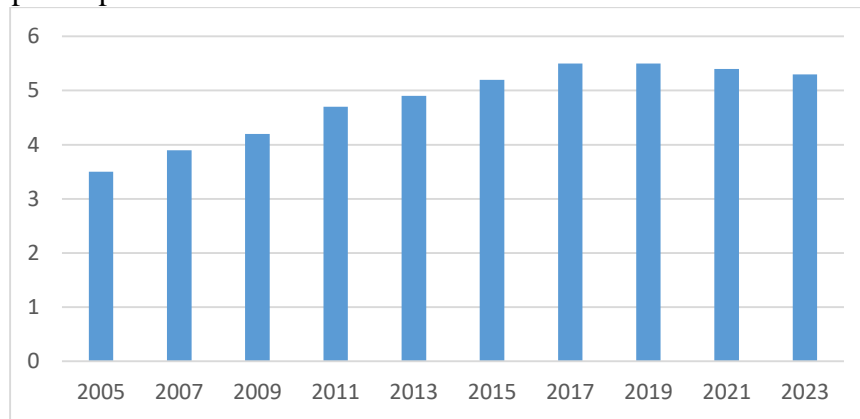
Entendendo a importância deste indicador de desenvolvimento humano, a seguir, vamos expor algumas tabelas e gráficos que trazem informações estatísticas sobre a área da educação no município de Santarém apontando os avanços e retrocessos neste indicador de inclusão social e de desenvolvimento social local. O Gráfico 2 mostra a evolução do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)⁷ que é um indicador criado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para medir a qualidade da educação básica no Brasil.

No caso de Santarém, os dados apresentados no Gráfico 2 mostram uma tendência de crescimento constante do IDEB entre 2005 e 2017, período em que o índice passou de aproximadamente 3,5 para cerca de 5,6 pontos. Esse avanço expressivo sugere melhorias nas políticas educacionais locais, possivelmente relacionadas à ampliação do acesso à educação básica, formação docente, reformulações curriculares e programas federais como o Fundeb, PDE e o Mais Educação. A partir de 2017, o IDEB atinge um patamar de estabilidade,

⁷ O IDEB é calculado com base em dois indicadores são eles: desempenho dos alunos, notas dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil. A taxa de aprovação: taxa de aprovação dos alunos nos anos finais de cada etapa da educação básica (anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio), segundo informações da Fapespa (2023).

mantendo-se em torno de 5,5 a 5,6 até o ano de 2023. Essa estagnação pode sinalizar a existência de limites estruturais e desafios qualitativos mais complexos, como desigualdades socioeconômicas, evasão escolar no ensino médio, defasagens no aprendizado e dificuldades de gestão nas redes públicas de ensino. Embora o patamar atual esteja acima da média histórica local, o ritmo de crescimento desacelerado nos últimos ciclos indica a necessidade de novas estratégias educacionais voltadas para a qualidade do ensino-aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais intraurbanas e rurais, bem como o fortalecimento da gestão pedagógica nas escolas.

Gráfico 2: Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Santarém para o período de 2005 a 2023



Fonte: IBGE (2023). Elaboração: Autor (2025).

Outro indicador de Educação que qualifica o IDHM-Educação, é o acompanhamento das matrículas escolares por etapa de ensino que constitui um importante instrumento de diagnóstico da efetividade das políticas públicas de educação. Os dados referentes ao município de Santarém, no estado do Pará, no período de 2015 a 2021, contidos na Tabela 12, apontam variações significativas nos três níveis da educação básica: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

As matrículas na educação infantil (pré-escola) mostraram uma tendência de crescimento contínuo entre 2015 e 2019, passando de 10.568 para 11.534 alunos, o que indica avanços na ampliação do acesso à etapa que prepara as crianças para o ensino fundamental, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, em 2020, há uma queda abrupta para 6.673 matrículas, o que representa uma redução de cerca de 42%. Esse recuo está fortemente associado aos efeitos da pandemia da COVID-19, que resultou no fechamento prolongado de escolas, na suspensão de atividades presenciais e na evasão temporária de crianças, sobretudo nas famílias de baixa renda. Em 2021, observa-se uma

recuperação parcial do número de matrículas, atingindo 10.901, quase retornando ao patamar anterior à pandemia.

As matrículas no ensino fundamental permaneceram relativamente estáveis ao longo do período analisado. Em 2015, o número era de 58.689, chegando a 61.014 em 2018, seu pico, e voltando para 60.064 em 2021. Essas flutuações podem refletir variações demográficas, movimentações entre redes (municipal, estadual, particular) ou pequenas mudanças nas taxas de aprovação, repetência e evasão. A manutenção de altos números de matrícula no ensino fundamental é positiva, mas não assegura, por si só, a qualidade do aprendizado, sendo necessário observar indicadores como o IDEB e as taxas de distorção idade-série.

As matrículas no ensino médio apresentaram um movimento de declínio até 2018, com redução de 18.716 em 2015 para 15.905 naquele ano — o que representa uma queda de cerca de 15%. A partir de então, o número volta a crescer, atingindo 19.150 matrículas em 2021, o maior valor do período. Esse crescimento recente pode estar vinculado a ações de permanência escolar, ampliação da oferta de escolas em tempo integral ou políticas estaduais de incentivo à matrícula e combate à evasão. Ainda assim, o ensino médio continua sendo uma das etapas mais críticas do sistema educacional, marcada por desafios como abandono escolar, defasagem de aprendizagem e baixa atratividade curricular.

Tabela 12: Número de Matrículas nos Ensinos Pré-escolar, fundamental e Médio por Esfera Administrativa (2015 a 2021)

Anos	Pré-Escola	Fundamental	Médio
2015	10.568	58.689	18.716
2016	10.888	58.684	17.684
2017	10.888	58.684	17.684
2018	11.125	61.014	15.905
2019	11.534	60.440	15.961
2020	6.673	60.579	17.900
2021	10.901	60.064	19.150

Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Autor (2025).

Os dados acima mostram que, embora haja avanços importantes, a educação básica em Santarém ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente em relação à continuidade e à permanência dos estudantes na escola em contextos de crise, como a pandemia. A expressiva queda nas matrículas da pré-escola em 2020 evidencia a vulnerabilidade das etapas iniciais da educação diante da suspensão de políticas públicas e do acesso desigual às tecnologias de ensino remoto. Nesse sentido, torna-se urgente fortalecer políticas de reengajamento escolar,

infraestrutura adequada, formação docente contínua e monitoramento do fluxo escolar como formas de garantir o direito à educação em todas as suas etapas, com ênfase especial na equidade territorial e na redução das desigualdades sociais e educacionais.

3.1.5 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Renda para Santarém no período de 1991, 2000 e 2010

A trajetória do IDHM-Renda em Santarém, conforme os dados do Quadro 2, revela uma evolução lenta e modesta ao longo das duas décadas analisadas. Em 1991, o índice era de 0,474, classificando o município em um patamar baixo de desenvolvimento. No ano 2000, houve uma pequena elevação para 0,504, ultrapassando o limiar da faixa considerada muito baixa, e chegando a 0,520 em 2010, o que ainda configura um nível médio-baixo de desenvolvimento. Esse crescimento de apenas 0,046 pontos entre 1991 e 2010 aponta para uma estagnação relativa da capacidade de geração e distribuição de renda no município, especialmente quando comparado aos avanços registrados em outros componentes do IDH, como educação e longevidade, que tendem a apresentar maior sensibilidade às políticas públicas estruturantes.

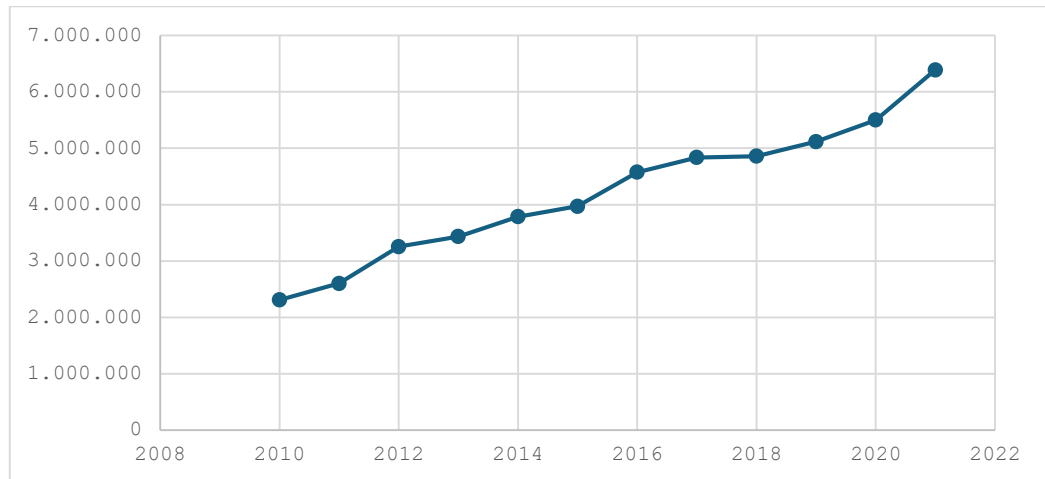
Vários fatores podem explicar essa lentidão no avanço do IDHM-Renda em Santarém: a dependência de atividades econômicas de baixa complexidade tecnológica, como o extrativismo e o comércio informal; a concentração fundiária e de renda; e a ausência de políticas eficazes de desenvolvimento regional sustentável. Além disso, a insuficiência de investimentos em infraestrutura produtiva e a fraca diversificação da economia local limitam a geração de empregos formais e de maior valor agregado, reforçando os ciclos de pobreza e vulnerabilidade social.

Com o intuito de esclarecer melhor este indicador, a seguir faremos análises de gráficos e tabelas que mostram a estrutura produtiva do município de Santarém, nível de renda população, além de indicadores de concentração de renda. Sabendo que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma das principais métricas utilizadas para aferir o desempenho econômico de um território, representando o valor monetário total de bens e serviços produzidos em determinado período, o Gráfico 3 ilustra a trajetória do PIB de Santarém entre 2009 e 2021, revelando um crescimento consistente ao longo do período analisado.

Em 2009, o PIB municipal situava-se em torno de R\$ 2,3 bilhões, e ao longo dos anos, apresenta crescimento quase contínuo, alcançando cerca de R\$ 6,4 bilhões em 2021, o

que representa um aumento de aproximadamente 178% em doze anos. O salto mais expressivo ocorre entre os anos de 2020 e 2021, possivelmente refletindo uma recuperação econômica pós-pandemia, impulsionada por setores estratégicos como comércio, serviços, logística fluvial e agricultura exportadora, tal como visto no Gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Santarém para o período de 2010 a 2022



Fonte: FAPESPA/IBGE (2024). Elaboração: Autor (2025).

Este crescimento indica uma tendência de dinamismo econômico local, que pode estar associada à valorização das commodities, aos investimentos em infraestrutura portuária e à ampliação da inserção regional de Santarém como polo econômico da região oeste do Pará. No entanto, quando comparado com outros indicadores sociais, como o IDHM-Renda ou o acesso a saneamento básico, observa-se que o crescimento econômico não foi igualmente acompanhado por melhorias expressivas nas condições de vida da população. Essa dissociação entre crescimento econômico e inclusão social reforça os argumentos da literatura crítica sobre desenvolvimento, que alerta para os paradoxos do crescimento econômico concentrador, sobretudo em áreas da Amazônia Legal, onde o modelo de desenvolvimento predominante frequentemente gera assimetrias, exclusão territorial e degradação ambiental.

Caracterizando a estrutura produtiva do município de Santarém, ou seja, a análise da composição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor de atividade econômica, os dados apresentados para o período de 2017 a 2021, segundo o IBGE (2021), revelam uma economia fortemente concentrada no setor de serviços, com baixa participação relativa da indústria e da agropecuária. O setor de serviços responde consistentemente por mais de 70% do PIB municipal ao longo dos cinco anos analisados. Essa hegemonia reflete o perfil urbano da economia

santarena, sustentado por atividades como comércio, administração pública, educação, saúde, transportes e turismo, em especial no contexto regional da Amazônia Ocidental.

Contudo, embora os serviços gerem empregos, nem sempre garantem inserção produtiva qualificada, especialmente quando concentrados em ocupações informais, de baixa remuneração e baixa exigência educacional. Isso pode ajudar a explicar a persistência de indicadores como o baixo IDHM-Renda e o elevado Índice de Gini, mesmo em contextos de crescimento do PIB.

O setor agropecuário, embora importante para a economia regional, apresentou queda relativa em sua participação no PIB, passando de 11% em 2017 para apenas 6% nos anos seguintes, com leve recuperação para 7% em 2021. Essa redução pode estar relacionada a fatores como oscilações de mercado, impactos ambientais e mudanças no uso da terra. Ainda que a agropecuária continue relevante em termos de geração de excedente econômico, sua baixa agregação de valor e concentração fundiária limitam os efeitos redistributivos sobre a população.

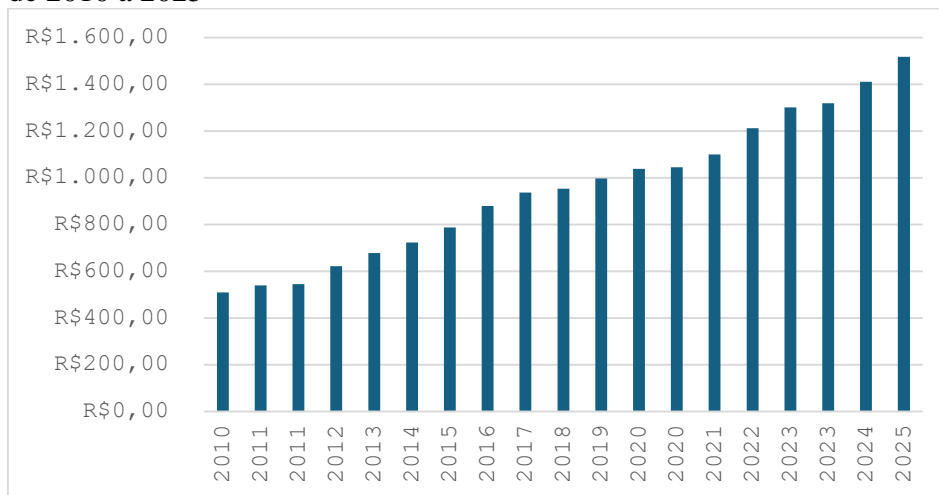
A indústria permanece com participação modesta e pouco dinâmica, variando entre 9% e 11% do PIB no período. Essa baixa representação industrial evidencia a ausência de um setor secundário robusto e diversificado, o que limita a capacidade do município de gerar empregos de maior qualificação e renda, restringindo o potencial de transformação estrutural da economia local.

Por fim, a estrutura produtiva de Santarém, caracterizada pela predominância dos serviços e informalidade, combinada com uma baixa industrialização e uma agropecuária concentrada, limita os impactos positivos do crescimento do PIB sobre a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O padrão de desenvolvimento observado reflete um modelo econômico com baixa capacidade redistributiva, que tende a reproduzir desigualdades sociais e territoriais. Para alterar esse cenário, é fundamental a diversificação produtiva, com incentivo à inovação, à indústria de transformação sustentável e à agregação de valor às cadeias agroextrativistas locais, além de políticas públicas voltadas à formalização do trabalho, à educação técnica e à inclusão produtiva. Só assim o crescimento econômico poderá ser convertido em desenvolvimento equitativo e sustentável para a população santarena.

Para finalizar essa análise, assim como esta pesquisa, a seguir, o Gráfico 4, evidencia um crescimento da renda nominal média (baseada no salário-mínimo) percebida pela população santarena entre 2010 e 2025. Em 2010, a renda girava em torno de R\$ 510,00, e atinge, em 2025, aproximadamente R\$ 1.600,00, representando um aumento superior a 200%

no período. Essa evolução acompanha o ajuste progressivo do salário-mínimo nacional, que teve como base, até 2019, uma política de valorização vinculada ao crescimento do PIB e à reposição inflacionária (IPCA). A continuidade desse processo até 2025 sugere que o município foi beneficiado, em termos nominais, por essa política de incremento da base salarial.

Gráfico 4: Evolução da renda recebida (salário-mínimo) pela população Santarena no período de 2010 a 2025



Fonte: FAPESPA/IBGE (2024). Elaboração: Autor (2025).

Contudo, ao analisar esse crescimento de renda sob uma perspectiva crítica, é necessário considerar algumas limitações estruturais: o aumento da renda em termos nominais não reflete necessariamente ganho de poder aquisitivo. A inflação acumulada, especialmente em períodos de crise econômica e sanitária (como em 2015–2016 e 2020–2021), comprometeu o poder de compra dos salários, particularmente no que diz respeito a itens essenciais como alimentos, energia, transporte e habitação. Assim, parte do crescimento registrado no gráfico pode ser neutralizado pela erosão inflacionária, o que limita seu impacto real sobre a melhoria das condições de vida.

Embora a renda média tenha aumentado, o Índice de Gini e os dados do IDHM-Renda indicam que os ganhos não foram igualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais. Em outras palavras, o crescimento da renda não foi acompanhado por uma redução significativa das desigualdades de renda no município. Isso evidencia a persistência de uma estrutura econômica e social excludente, em que grandes contingentes da população permanecem à margem dos benefícios do crescimento econômico. Isto pode indicar que grande parte da população santarena se encontra inserida no mercado de trabalho informal ou em ocupações precárias, com rendimentos abaixo do salário-mínimo ou sem qualquer proteção trabalhista e previdenciária. Assim, mesmo com o aumento do salário-mínimo oficial, muitos

trabalhadores não experimentam esse ganho em sua realidade cotidiana. Esse fenômeno amplia o fosso entre a renda declarada e a renda efetivamente percebida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito responder a duas questões problemas que nortearam este estudo: Como os indicadores do IDHM refletiram as transformações sociais e econômicas em Santarém-PA entre os censos de 1991, 2000 e 2010? E de que forma esses dados evidenciam a persistência ou superação das desigualdades no município ao longo desse período? Os resultados mostraram que o IDHM para o período delimitado na pesquisa foi considerado baixo no município de Santarém, ou seja, concentrados nas faixas “muito baixo” (0,337 em 1991 e 0,424 em 2000) e “baixo” em 2010 com o Índice de 0,587. Quando se considerou a desagregação deste indicador, o IDH Longevidade foi o único que apresentou uma evolução considerável ao longo do período de 1991-2010, posto que, começou com um valor “baixo”, ou seja, 0,563 em 1991, para um valor “médio” de 0,665 em 2010 e fechando a série com um valor “alto” de 0,774 em 2010.

Ainda a nível de desagregação do indicador, resgatamos das discussões dos resultados, que o IDHM-Educação foi categorizado na faixa de “muito baixo” valor em 1991 (0,143), subindo uma categoria para “baixo” em 2000 (0,228) e “médio” em 2010 (0,502). Na sequência, a trajetória do IDHM-Renda, que apresentou uma elevação lenta e modesta desde o início da série em 1991 quando o índice era de 0,474, classificando o município em um patamar baixo de desenvolvimento. Houve uma pequena elevação do índice para 0,504, no ano 2000, ultrapassando o limiar da faixa considerada muito baixa, e chegando a 0,520 em 2010, o que ainda configura um nível médio-baixo de desenvolvimento.

Após a apresentação desses principais resultados obtidos na pesquisa, cabe-nos, tecer algumas reflexões sobre o comportamento desses indicadores de desenvolvimento humano. A primeira se refere a limitação de análise que esses indicadores proporcionam, pois, a consideração apenas dos índices encontrados para a longevidade, educação e renda não explicariam as disparidades sociais existentes no município de Santarém. Por isso, adotamos na metodologia do trabalho a complementação da análise com dados secundários pesquisados no IBGE e Fapespa.

A ideia foi a seguinte: analisar a evolução do IDHM desagregado durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, na sequência, apresentar tabelas e gráficos, para qualificar esses índices. Essa estratégia foi essencial para entendermos na prática a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Por meio dessa metodologia de análise foi possível também responder a segunda pergunta problema que propomos na introdução do trabalho, que consiste na análise se os dados evidenciam a persistência ou superação das desigualdades no município ao longo desse período.

Para isso, temos que refletir sobre o município de Santarém e suas reais condições de desenvolvimento econômico, social e humano. Os resultados da pesquisa mostraram que este município ocupa uma posição importante no estado do Pará. Ele é o município Polo na Região de Integração do Baixo Amazonas, além disso, é polo, na Região Metropolitana de Santarém, a qual fazem parte, Mojui dos Campos e Belterra, e possui uma população estimada de 357.311 habitantes, segundo o Censo de 2010, o que corresponde a 42,54% da população da Região de Integração do Baixo Amazonas. Logo, ele serve como atração para outros municípios da região, haja vista, que possui o maior PIB da região, dinamizado pelo setor de serviços e com tendência de dinamismo econômico local, que pode estar associada à valorização das commodities, aos investimentos em infraestrutura portuária e à ampliação da inserção regional de Santarém como polo econômico da região oeste do Pará.

No entanto, quando associamos esses dados econômicos, que medem o crescimento econômico com os que demonstram o grau de desenvolvimento humano e social, observamos as disparidades sociais, econômicas e humanas, além da concentração de renda em Santarém, pois segundo os dados do IBGE (2020), a média de renda da população se concentra em torno de 2,5 salários-mínimos. Como explicar a especulação imobiliária do município que está transformando a cidade em um verdadeiro canteiro de obras? Sendo que os imóveis custam acima de 1 milhão de reais. O avanço da soja e do milho, atividades econômicas de cunho exportador, o avanço de serviços especializados para atender a demanda deste setor, contribuem para a concentração de renda e de terra nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população se encontra a margem da sociedade.

Se o município se encontra em plena expansão das suas atividades econômicas do agronegócio e da construção civil, será que isso corresponde a uma distribuição equitativa da renda gerada? A resposta é negativa, pois a evolução do PIB não vem acompanhada de melhorias nos indicadores sociais, como o IDHM-Renda e ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, tais como, educação, saúde e saneamento básico, ou seja, o crescimento

econômico não foi igualmente acompanhado por melhorias expressivas nas condições de vida da população. Essa dissociação entre crescimento econômico e inclusão social reforça os argumentos da literatura crítica sobre desenvolvimento, que alerta para os paradoxos do crescimento econômico concentrador, sobretudo em áreas da Amazônia Legal, onde o modelo de desenvolvimento predominante frequentemente gera assimetrias, exclusão territorial e degradação ambiental.

Essa situação relatada acima nos mostra que temos problemas na estrutura produtiva de Santarém que reproduz a concentração de renda e dos serviços básicos, educação, saneamento de qualidade nas mãos de poucos. Mesmo que o setor de serviços seja o “carro-chefe” no impulso de crescimento do PIB local, observamos que ainda predomina a informalidade. O setor industrial do município ainda é incipiente combinado com uma baixa industrialização e uma agropecuária concentrada, o que resulta na baixa diversidade produtiva.

Como refletimos na discussão dos resultados, o padrão de desenvolvimento observado para Santarém reflete um modelo econômico com baixa capacidade redistributiva, que tende a reproduzir desigualdades sociais e territoriais. Para alterar esse cenário, é fundamental a diversificação produtiva, com incentivo à inovação, à indústria de transformação sustentável e à agregação de valor às cadeias agroextrativistas locais, além de políticas públicas voltadas à formalização do trabalho, à educação técnica e à inclusão produtiva. Só assim o crescimento econômico poderá ser convertido em desenvolvimento equitativo e sustentável para a população santarena.

E, por fim, a trajetória de aumento da renda nominal em Santarém entre 2010 e 2025 reflete esforços institucionais e políticas nacionais de valorização do salário-mínimo. No entanto, sua capacidade de promover inclusão social e combater a desigualdade depende diretamente da forma como essa renda é distribuída, das condições do mercado de trabalho local e do acesso efetivo à renda pela população mais vulnerável. Em um contexto de crescente concentração de riqueza, informalidade laboral e precarização de serviços públicos, o crescimento da renda média deve ser interpretado com cautela. Mais do que crescimento nominal, o desenvolvimento sustentável e equitativo requer redistribuição de oportunidades, formalização do trabalho, ampliação da proteção social e melhoria dos indicadores sociais correlatos, como educação, saneamento e moradia.

Cabe aqui destacar o acesso aos serviços de saneamento básico em Santarém que tem relação direta com o IDHM renda e longevidade, que mede a expectativa de vida da população, além de indicadores voltados para a saúde. Os resultados da pesquisa mostraram

que a distribuição dos serviços essenciais como abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo são inconsistentes, persistindo graves desigualdades socioespaciais quanto ao seu fornecimento. A análise dos dados evidencia que, embora tenham ocorrido avanços quantitativos nos serviços de saneamento básico em Santarém entre 1991 e 2010, os desafios permanecem, principalmente no que se refere à universalização do acesso, qualidade dos serviços e desigualdade territorial. Ressaltamos, portanto, que a expansão populacional não foi acompanhada por investimentos proporcionais em infraestrutura básica, resultando em um cenário marcado pela precariedade sanitária, sobretudo nas áreas mais pobres e periféricas do município.

Logo, se não temos distribuição correta desses serviços básicos, a qualidade de vida da população de Santarém está comprometida, principalmente nas moradias localizadas nas áreas rurais, mas também, em bairros periféricos da cidade. A persistência da dependência de soluções alternativas e precárias — tanto para o descarte de esgoto quanto para o acesso à água e à coleta de resíduos — sinaliza a urgência de políticas públicas integradas, com foco no planejamento territorial, na equidade social e na sustentabilidade ambiental. A ampliação dos investimentos públicos em saneamento, aliada à governança participativa e ao monitoramento constante dos indicadores, é fundamental para romper com o ciclo da desigualdade e promover o direito à cidade e à dignidade para toda a população santarena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. In: O Processo Histórico do Desenvolvimento Econômico: Ideias Básicas. EESP: FGV, 2006.

COLBERT, Jean-Baptiste. **Lettres, instructions et mémoires de Colbert**. Publiées par Pierre Clément. Paris: Imprimerie impériale, 1861.

DUARTE, Vilmar Nogueira; CAVALCANTI, Karoline Almeida. Produto Interno Bruto (PIB) versus Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Microrregião de Dourados/MS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 120–135, 2016.

Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/957>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO E ESTUDOS E PESQUISA (FAPESPA). **Radar de Indicadores das Regiões de Integração**. Belém: FAPESPA, 2024.

_____. **Estatística Municipal**: Santarém. Belém: FAPESPA, 2000-2024.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Hucitec, 2001.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Censo Demográfico de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Base de dados sobre indicadores sociais do censo demográfico de 1991, IPEADATA. São Paulo: IPEA, 1991.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. Relatório do Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL) para o município de Santarém-Pará. São Paulo: IDL, 2023.

KATZ, Claudio. **A Teoria da Dependência: 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

LAW, John. **Money and Trade Considered, with a Proposal for Supplying the Nation with Money**. Edinburg: Andrew Anderson, 1705.

MUN, Thomas. **England's Treasure by Forraign Trade**. London: Printed by Thomas Clark, 1664.

PINTO, Carlos Vinícius da Silva; ROCHA, Betty Nogueira; PIRANI, Nikolas de Camargo. Indicadores Sociais e Desenvolvimento Rural: Um estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Rural no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, Rio de Janeiro, n.18, jan.-jun, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá**. (Tese) Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2015.

SANTOS, Theotônio Dos. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

SANTOS, Romar Batista dos. **Distribuição de Renda no Brasil Contemporâneo: Retratos da Desigualdade Social**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018. (Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciência Econômica, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul). 51f.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudos de Delimitação das regiões metropolitanas paraenses: Região Metropolitana de Santarém**. Belém: SEDOP, 2017.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo: Editora Record, 2021.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Os Economistas).

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora Augurium, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudo de delimitações das Regiões Metropolitanas Paraenses: Região Metropolitana de Santarém**. Belém: SEDOP, 2017.

SMITH, Adam. **Uma Investigação sobre a Natureza e a causas da Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas: original, 1776).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

WASSERMAN, Cláudia. **A Teoria da Dependência: do desenvolvimentismo nacional ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.